

- 1- ATAS
 - 1.1- 97ª Reunião Ordinária de Debates
 - 1.2- Ata da 1ª Parte da 95ª Reunião Ordinária de Debates da Assembléia Legislativa, em 21 de março de 1997, Destinada ao Ciclo de Debates com o Tema "A Vale do Rio Doce na Economia Nacional"
 - 2- MATÉRIA VOTADA
 - 2.1- Plenário
 - 3- ORDENS DO DIA
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- Comissões
 - 4- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 4.1- Plenário
 - 4.2- Comissões
 - 5- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
 - 6- COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE
 - 7- PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM REUNIÃO ANTERIOR
 - 8- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-

ATAS

ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 31 DE MARÇO DE 1997

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 36/97 - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Geraldo Rezende - Ivo José - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Anivaldo Coelho - Antônio Júlio - Arnaldo Penna - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - José Bonifácio - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Roberto Amaral - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Simão Pedro Toledo - Wanderley Ávila.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36/97

Dá nova redação ao art. 134 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O art. 134 da Constituição do Estado de Minas Gerais passa a vigorar com a

seguinte redação:

"Art. 134 - O Conselho de Defesa Social é órgão consultivo do Governador do Estado na definição da política de defesa social do Estado, em cuja composição é assegurada a participação:

- I - do Vice-Governador do Estado, que o presidirá;
- II - do Secretário de Estado da Justiça;
- III - do Presidente da Comissão de Defesa Social do Poder Legislativo;
- IV - do Comandante-Geral da Polícia Militar;
- V - do Chefe da Polícia Civil;
- VI - de um representante da Defensoria Pública;
- VII - de um representante do Ministério Público;
- VIII - de três representantes da sociedade civil, dos quais um da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Minas Gerais, um da imprensa e um indicado na forma da lei."

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de março de 1997.

José Bonifácio - Elbe Brandão - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Antônio Roberto - Antônio Júlio - Sebastião Navarro Vieira - Ajalmar Silva - Marcelo Gonçalves - Bilac Pinto - Ermano Batista - Simão Pedro Toledo - Aílton Vilela - Gilmar Machado - Ivair Nogueira - Marco Régis - Irani Barbosa - Dinis Pinheiro - Arnaldo Penna - José Braga - Paulo Piau - Ambrósio Pinto - Anivaldo Coelho - Gil Pereira - Mauri Torres - Miguel Martini - Raul Lima Neto - Wanderley Ávila - Geraldo Nascimento.

Justificação: A proposta de emenda à Constituição que ora submetemos à apreciação da Casa tem por objetivo incluir o titular da Secretaria de Estado da Justiça entre as autoridades que deverão integrar o Conselho de Defesa Social, instituído pelo art. 134 da Constituição Estadual com a finalidade de dar assessoramento ao Governo na definição da política de defesa social do Estado.

À Secretaria de Estado da Justiça, como se sabe, incumbe exercitar inúmeras das importantes atribuições constitucionais delegadas ao Poder Executivo, no que diz respeito à política de defesa social do Estado, podendo-se citar entre elas as que se seguem: a) execução administrativa das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança com detenção; b) realização de diagnóstico criminológico e classificação, tratamento penitenciário e reinserção social de apenados e amparo ao egresso em seu processo de reintegração à comunidade; c) execução de medidas sócio-educativas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e determinadas pelo Poder Judiciário, visando à reinserção social do menor autor de ato infracional; d) prestação de assistência jurídica e judiciária, integral e gratuita, de natureza cível e criminal, aos carentes de recursos, bem como assistência a eles junto aos órgãos públicos, no encaminhamento de questões de seu interesse - funções essas consideradas pela Constituição Federal como "essenciais à Justiça"; e) orientação e coordenação geral das atividades relacionadas com a política de combate ao tráfico e ao uso de entorpecentes e de recuperação de dependentes, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Entorpecentes; f) promoção de estudos, inquéritos e pesquisas operacionais na área de prevenção social e tratamento penitenciário, com vistas à redução dos índices de criminalidade e violência e à recuperação de presos para reintegrá-los à sociedade; g) assegurar a observância dos direitos e das garantias fundamentais do cidadão e defender a eficácia das normas asseguradoras dos direitos humanos consagrados na Constituição da República, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem e na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Como se vê, é vasta a gama de ações finalísticas que compete à Secretaria de Estado da Justiça executar, no campo da defesa social, motivo pelo qual consideramos imprescindível e da maior importância a presença do titular daquela Pasta na composição do Conselho de que trata o art. 134 da Constituição do Estado.

Daí a apresentação desta proposta de emenda, que, por sanar injustificável omissão, certamente merecerá o pleno acolhimento desta Casa.

- Publicada, fica a proposta em poder da Mesa, pelo prazo de três dias, para receber emendas, nos termos do art. 209 do Regimento Interno.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Neste momento, a Presidência interrompe os trabalhos ordinários para, nos termos do § 1º do art. 23 do Regimento Interno, destinar a 1ª Parte desta reunião à abertura do Fórum Técnico "Seguridade Social do Servidor Público de Minas Gerais". Estão suspensos os nossos trabalhos.

- A ata desta parte da reunião será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para

continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as especiais de amanhã, dia 1º de abril, às 8 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a ordinária deliberativa, também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª PARTE DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 21 DE MARÇO DE 1997, DESTINADA AO CICLO DE DEBATES COM O TEMA "A VALE DO RIO DOCE NA ECONOMIA NACIONAL"

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz
e Cleuber Carneiro

SUMÁRIO: Destinação da reunião - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Aureliano Chaves de Mendonça - Palavras do Sr. Luís Carlos Mendonça de Barros - Palavras da Senadora Júnia Marise - Palavras do Sr. Stefan Salej - Palavras do Deputado João Fassarella - Palavras do Brigadeiro Ivan Frota - Palavras do Deputado Roberto Brant - Palavras do Sr. Aloísio Garcia - Palavras de Dom Luciano Mendes de Almeida - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Destina-se esta reunião a realizar etapa do Ciclo Nacional de Debates com o tema "A Vale do Rio Doce na Economia Nacional".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Dr. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda, representando o Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, ex-Vice-Presidente da República; Dr. Luís Carlos Mendonça de Barros, Presidente do BNDES; Senadora Júnia Marise; Deputados Federais Roberto Brant e João Fassarella; Brigadeiro Ivan Frota; Dr. Stefan Salej, Presidente da FIEMG; Dr. Aluísio Garcia, Presidente do Instituto Liberal; e Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Dr. João Heraldo Lima, DD. Secretário da Fazenda, aqui representando S. Exa. o Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, senhores conferencistas, senhores debatedores, senhores Deputados, senhores e senhoras, no momento em que o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce assume contornos mais definidos, com datas e valores, e com os diversos segmentos da sociedade e do Estado, nas várias esferas da Federação, assumindo posições, muitas vezes divergentes, em relação ao tema, torna-se necessária a abertura de espaços amplos e democráticos para a discussão do assunto.

A Assembléia de Minas, no exercício de seu papel de representação do conjunto da população do Estado e consciente da importância do assunto, propõe-se a ser um desses espaços de repercussão das preocupações e dos anseios da sociedade.

Ao realizar esta empreitada, estamos conscientes da gravidade, da complexidade e da delicadeza do assunto. Trata-se de discussão de nível estratégico, de cujo amadurecimento depende a consolidação de nossa capacidade, como nação, de enfrentar as grandes questões do presente e assumir, soberanamente, as decisões referentes aos rumos do desenvolvimento do País.

A privatização da Vale traz à pauta temas candentes, como o papel do Estado na economia, os destinos do patrimônio do Estado, a situação das finanças públicas e a importância das empresas de capital estatal. A oposição entre intervencionismo estatal e liberalismo econômico, a globalização da economia, as funções e os limites do Estado no mundo contemporâneo e o papel da iniciativa privada constituem questões de fundo, sobre cujo tecido se constrói o cenário da privatização em curso.

Nas atuais circunstâncias, a decisão de discutir o tema vem reafirmar a trajetória da Assembléia de Minas de não temer o debate e o contraditório. Pelo contrário, o Legislativo Estadual tem fundamentado seu avanço institucional no incentivo à discussão aberta e participativa de todos os temas submetidos a sua apreciação.

Assim foi com assuntos polêmicos como a reforma agrária, a reforma administrativa, a política agrícola, o sistema de saúde. Em todas essas situações, as portas do parlamento foram abertas para a ativa contribuição dos segmentos organizados da sociedade e representantes do Estado. Os seminários legislativos, os fóruns técnicos e os ciclos de debates já se tornaram uma referência no processo de aprendizado democrático da comunidade mineira. E é em nome desse aprendizado, em nome dos princípios que regem a construção da opinião pública e em nome, por fim, da liberdade de expressão que, aberto o espaço e criadas as condições do debate, conclamamos todos a participar, de forma efetiva, mas nem por isso menos madura e serena, deste evento.

Ouçamos as diversas opiniões, expressemos os nossos pareceres. Saibamos divergir, mas saibamos também ouvir e ponderar.

É esta a contribuição da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Sejam todos bem-vindos ao debate e ao esforço de construção da nossa democracia.

Gostaríamos de externar nossos agradecimentos ao Dr. Aureliano Chaves e ao Dr. Luís

Carlos Mendonça de Barros, que tão prontamente atenderam a nosso convite, bem como aos debatedores, Srs. Stefan Salej e Aloísio Garcia, Deputados Federais João Fassarella e Roberto Brant e Senadora Júnia Marise. Nossos agradecimentos especiais aos Deputados Estaduais Alberto Pinto Coelho e Ivo José pelo empenho na organização e na realização do evento. Queremos agradecer também às autoridades, aos parlamentares e aos representantes de entidades que participarão dos debates.

O Sr. Presidente - Esta Presidência tem o prazer de conceder a palavra, neste instante, ao Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, DD. ex-Vice Presidente da República, nosso primeiro conferencista desta manhã. A Presidência informa que S. Exa. disporá de até 30 minutos para seu pronunciamento. Com a palavra, o Dr. Aureliano Chaves.

Palavras do Sr. Aureliano Chaves de Mendonça

Sr. Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Cleuber Carneiro; Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, João Heraldo Lima, aqui representando S. Exa., o Governador do Estado; representantes do BNDES; Senadora Júnia Marise; Deputados que compõem a Mesa; Brigadeiro Ivan Frota; Deputados Estaduais; autoridades presentes, minhas senhoras, meus senhores, ampliam-se as emoções na medida em que se repetem as oportunidades de convivermos com as recordações.

Falar da tribuna da Assembléia Legislativa me é profundamente grato. Por aqui transitei durante alguns anos; aqui convivi com o espírito do homem público mineiro, por meio dos ilustres representantes com assento nesta Casa, e aqui liderei meu antigo Partido, a União Democrática Nacional. Fui também, nesta Casa, Líder do Governo do profícuo Sr. Magalhães Pinto.

Da convivência com os homens públicos representativos do sentimento mineiro resultou, naturalmente, um aprendizado que multiplicou o desejo de bem servir à coisa pública, particularmente no sentido de aprofundar, na vida de cada mineiro, o sentimento tão importante da mineiridade.

Quero aqui resumir minhas homenagens na pessoa de dois representantes do povo mineiro, com os quais convivi, e que são os eminentes líderes da oposição àquela época, o saudoso Deputado Manoel Costa e o homem público chamado Pio Canedo.

Portanto, é-me profundamente grata, Sr. Deputado Cleuber Carneiro, essa singular oportunidade que se me oferece de falar um pouco aos representantes do meu Estado sobre um assunto que diz respeito a Minas e ao Brasil.

Não se trata propriamente da privatização da Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce não é, na acepção jurídica da palavra, uma empresa estadual. É uma empresa de economia mista em que mais de 49% das ações votantes se encontram em mãos privadas, ou seja, em mãos de pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais. Trata-se, portanto, na realidade, do fundo do controle operacional da Vale do Rio Doce.

Até agora, pelos noticiários da imprensa, as razões pelas quais o Governo optou por essa solução não nos convenceram e, creio, não convenceram, na sua maioria, o povo brasileiro, embora algumas pesquisas setoriais e organizacionais digam o contrário.

Ao abordar o assunto de privatização, ou melhor, o fundo de controle operacional da Vale do Rio Doce, impõe-se, a meu ver, a retificação de alguns conceitos.

Tem sido comum a difusão, pela mídia escrita, falada e televisada, da idéia de que o mundo contemporâneo mudou com tal profundidade que alguns conceitos devem ser revistos. Que o mundo mudou, não há muito a observar. Salta aos nossos olhos. Que mudou com maior velocidade do que ocorreu no passado, também é verdade incontestável. Até porque as conquistas tecnológicas do mundo de hoje produzem mudanças muito mais velozes e muito mais profundas do que as conquistas tecnológicas do passado. A cada dia que passa o cérebro humano adquire maior velocidade e, como tal, produz mudanças mais profundas.

Mas o que tem ocorrido nesses últimos tempos é procurar mostrar à opinião pública que o mundo globalizou-se. E, tendo se globalizado, essa história de sentimento nacional pertence ao passado. Globalização tornou-se uma espécie de sinônimo de desnacionalização, e privatização tornou-se sinônimo de modernização.

Vamos verificar se os fatos contemporâneos nos conduzem a esse raciocínio. Todas as Constituições republicanas, sem exceção, enfatizaram a prevalência da iniciativa privada sobre a iniciativa pública. Portanto, não é novidade que a sociedade brasileira tenha optado, na sua atividade econômica, pela presença do setor privado com maior intensidade do que o setor público.

O que nenhuma Constituição brasileira consagrou até hoje foi o absentismo do Estado. Vale dizer, o Estado está proibido de desenvolver qualquer atividade na área econômica. Isso nenhuma Constituição consagrou.

A atual Constituição de 1988, tanto mais censurada quanto menos conhecida, consagrou em seu art. 1º o seguinte: "A República Federativa do Brasil é constituída da união indissolúvel dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal." O Estado democrático de direito se baseia no seguinte: "nº 1: soberania; nº 2: cidadania; nº 3: dignidade da pessoa humana; nº 4: valor social do trabalho e da livre iniciativa; nº 5: pluralismo político." Então, a Constituição, no seu art. 1º estabelece a importância

da iniciativa privada na atividade econômica do País. Soberania, porque isso é óbvio. Cidadania, porque não há cidadão se a nação não é soberana. Nação que não é soberana tem súditos, não tem cidadãos. Dignidade da pessoa humana, porque sem cidadania, não há como falar em dignidade da pessoa humana. Valor social do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

Portanto, não há cunho de veracidade nesta conceituação deformada de que privatização é coisa de hoje e globalização é sinônimo de internacionalização.

Ora, justamente no chamado mundo globalizado é que as manifestações de nacionalidade se fazem mais intensamente. Porventura foram apenas os fatores econômicos que acabaram por fazer ruir a primeira tentativa de globalização política, que foi o comunismo na União Soviética? Não era justamente um sentimento de internacionalização? Tanto assim que o hino que se cantava era a Terceira Internacional. Porém, depois de tantos anos de vida da antiga URSS, formada por repúblicas fundidas em torno do ideal comunista-socialista, as nacionalidades que a compunham começaram a se manifestar cada vez mais intensamente. Porventura tantos anos da URSS fizeram com que os chechenos, os georgianos, os ucranianos, os lituanos, etc., se tornassem russos? Aflorou o que há de mais telúrico na face da Terra, quanto à composição do homem, que é o seu umbigo ligado à sua terra. Pois bem, tantos anos depois da criação do Estado iugoslavo, os macedônios deixaram de ser macedônios para serem iugoslavos? Os croatas deixaram de ser croatas para serem iugoslavos? E assim também com os sérvios, com os habitantes da Bósnia-Herzegovina, etc.

O sentimento nacional é inerente. Não há globalização técnica, não há conquista da microeletrônica, que gerou a globalização da economia, que seja capaz de destruir aquilo que é inerente à alma humana, que é o sentimento de sua comunidade, o sentimento da terra que o viu nascer.

Essas realidades se tornam cada vez mais visíveis. Partirmos para um processo de privatização com a tentativa de reduzir o tamanho do Estado - o que as Constituições já prevêm - não nos conduz a aceitar essa rotulagem, muito menos, a considerar que o absentismo do Estado seja o caminho inexorável da sociedade contemporânea. No caso brasileiro, é bom acentuar que - felizmente para o nosso País - o Estado na atividade econômica não foi gerado por fatores ideológicos. Quem primeiro interveio, em nossa Minas Gerais, na atividade econômica energética chamava-se Benedito Valadares. Poder-se-á argüir algum sentimento estatizante ou socializante ao Sr. Benedito Valadares? Por que ele atuou nesse sentido?

Atuou por uma razão singela. Começou a enxergar a necessidade de se fazer alguma coisa no sentido da industrialização do Estado. Quem era a concessionária do setor energético em Belo Horizonte? A Cia. Força e Luz de Minas Gerais, do grupo americano Bond and Share. Naquela época, era impossível implantar qualquer novo empreendimento industrial no Município de Belo Horizonte, porque a concessionária de então estava satisfeita com sua capacidade de geração: uma pequena capacidade de geração térmica, com a Usina Termoelétrica de Freitas, e uma pequena geração hidráulica, com a Usina Hidrelétrica de Peti. Então, que fez o Sr. Benedito Valadares? Com a mineiridade que era ontológica no seu ser, criou o Município de Contagem. Como a Cia. Força e Luz tinha a concessão no Município de Belo Horizonte, evidentemente, o Município de Contagem, desmembrado de Belo Horizonte, passou a não ser juridicamente objeto de concessão. Assim, o Sr. Benedito Valadares, pela primeira vez, levou o Estado a construir uma hidrelétrica, a de Gafanhoto, pequena hidrelétrica, que, afinal de contas, foi a alavanca necessária para as primeiras instalações industriais em Belo Horizonte, ou seja, no Município de Contagem.

Argüir-se-á sentimento estatizante ao Sr. Juscelino Kubitschek, quando resolveu criar a CEMIG? Não. Era a realidade que o impunha, no momento em que ele pensava em fazer com que o Brasil deixasse de ser mero exportador de produtos primários de origem vegetal ou mineral. O grupo da Bond and Share, americano, e o da Bebco, canadense - quando dizemos canadense, dizemos britânico - tinham o controle da faixa litorânea do Nordeste e do interior de São Paulo - era o caso da Bond and Share - ou dos dois maiores mercados do País, Rio e São Paulo - era o caso da Bebco.

Quando se pensou, no Governo de Getúlio Vargas, em construir Paulo Afonso, o grupo da Bond and Share ou o da Bebco - particularmente, o da Bond and Share, já na faixa litorânea do Nordeste - não poderiam ter pleiteado a concessão para construí-la? Não lhes faltavam recursos financeiros nem técnicos. Inegavelmente, eram duas empresas de grande competência profissional. Por que não fizeram Paulo Afonso? Simplesmente porque não lhes interessava. Interessava-lhes muito o mercado existente, e não, alavancar novos mercados. Foi por isso que o Sr. Getúlio Vargas tomou a iniciativa de construir Paulo Afonso, complementada no Governo do Sr. Eurico Gaspar Dutra.

Então, não existe nenhuma eiva de conteúdo doutrinário ou filosófico na presença do Estado na atividade econômica do nosso País. Tratou-se apenas de atuar no sentido de alavancar nosso desenvolvimento. Dir-se-á que os tempos mudaram. Mudaram. Hoje, o problema é outro. Hoje, é bom que o Estado vá, gradativamente, saindo da atividade econômica.

Mas isso não dá o direito, mesmo àqueles que têm delegação de votos, de tomarem a iniciativa de fazê-lo ao arrepio de qualquer debate nacional.

Como nasceu a Cia. Vale do Rio Doce? Nasceu da obra fria dos contadores, daqueles que raciocinam exclusivamente no "toma-lá-dá-cá"? Não. Resultou de uma visão nacional, nacionalista no bom sentido da palavra, porque, hoje, alguns procuram confundir sentimento nacionalista com quadratura, com pré-história, tachando aqueles que têm sentimento nacional de "megassauros", dinossauros e não sei que coisa mais. Mas digo que os dinossauros pertenceram a uma época em que o homem não habitava a face da Terra e, por isso, não causaram nenhum mal à humanidade. A saúva, sim, infelizmente, está cada vez mais presente na vida nacional. Essa, sim, convive com os homens e produz estragos. Como nasceu a Companhia Vale do Rio Doce? Nasceu de um fato que deve ser rememorado, porque essa história pertence ao passado. A verdade é que o homem público exerce sua função pública e seu mandato ignorando completamente a história do seu Estado e do seu País. O meu amigo Paulino Cícero conhece muito esse assunto. Desde os tempos de Assembléia, foi um dedicado estudioso dos nossos problemas minerais. Só através do Código de Águas de 1939 é que a propriedade do solo foi diferenciada da propriedade do subsolo. Até então quem tinha a propriedade do solo tinha a propriedade do subsolo. Pois bem, fomos colonizados pelos portugueses, dos quais, com muita honra, tenho descendência direta. Mas nem por isso deixo de avaliar a influência terrível que tiveram os ingleses sobre os portugueses. E isso transferiu-se para o Brasil. E as grandes empresas inglesas tinham, por faro de país mais desenvolvido, a consciência de que o subsolo mineiro era muito rico. Então, compraram grandes extensões de terra em Minas Gerais. No momento em que começou a desabrochar a revolução industrial, que nasceu na Inglaterra, os ingleses começaram a verificar a fantástica riqueza que o nosso subsolo tinha. Tínhamos o metal básico para eles, o ferro. Criaram então a Itabira Iron, que, para felicidade deles, tinha suas reservas mais conhecidas na região de Itabira. E ainda tinham o vale do rio Doce como caminho natural para levar esse minério ao litoral espírito-santense. Às margens do rio Doce, era o caminho de menor resistência para a construção de uma ferrovia, mas o fizeram. Pois bem, criaram a Itabira Iron e o Sr. Parcival Fácua, que era um preposto do grupo britânico, desenvolveu aqui uma atividade intensa. E por ironia do destino, em 1926, já no final do Governo Arthur Bernardes, um grande mineiro, e no início do Governo Washington Luís, esse assunto da estrada de ferro foi objeto de amplos debates na Câmara dos Deputados.

Curiosamente, existe um discurso, registrado na Câmara dos Deputados, do Sr. Getúlio Vargas, então Deputado Federal, posicionando-se de maneira firme com relação às concessões da Itabira Iron. Mas a verdade é que essas concessões foram realizadas e as coisas foram se desdobrando até atingirmos o ano de 1942. Nesse ano os aliados verificaram que dependiam, fundamentalmente, nos seus grandes esforços de guerra para vencer os nazistas, de suprimento de minério de ferro de alta qualidade. E esse minério de ferro existia aqui, em Minas Gerais. Só que estavam, predominantemente, nas mãos dos ingleses. Então, o Sr. Getúlio Vargas - assinale-se que, mesmo exercendo um governo ditatorial, foi um grande patriota - verificou naquilo a singular oportunidade de tirar algum proveito para o nosso País. E o fez, inicialmente em relação a Volta Redonda, e posteriormente em relação à Vale do Rio Doce. Disse que o Brasil iria fornecer o minério de ferro de Minas Gerais em regime de exclusividade aos aliados (leia-se: Estados Unidos.) Mas, para isso, era preciso que as empresas inglesas devolvessem esse subsolo, essas reservas ao Brasil, inclusive a concessão da estrada de ferro. Esse foi o chamado "Acordo de Washington", que resultou no nascedouro da Companhia Vale do Rio Doce.

Pois bem, de lá até então, a Companhia cresceu, desdobrou-se e se transformou num complexo empresarial, mineral e industrial, abrangendo, também, outras áreas como a de papel e celulose. Passou, então, a reinvestir os seus dividendos.

A Companhia Vale do Rio Doce, de lá para cá, cresceu e se desenvolveu à custa de reinvestimento dos seus dividendos. E quando falamos de reinvestimento de dividendos, temos que compreender que o dividendo reinvestido, contribuindo para a mutação patrimonial da empresa, o crescimento do seu patrimônio, seguramente, é lucro para o País, representado pelo controlador maior, que é o Tesouro Nacional.

Além do mais, isso é papel do Estado. É papel do Estado. O Estado não tem lucro pelo desejo de o ter, mas pela necessidade de utilizar o lucro para atender as necessidades maiores da sociedade que ele governa.

Pois bem. Então a Companhia Vale do Rio Doce transformou-se num grande complexo mineral empresarial. Detém as maiores reservas minerais do Brasil. Não é só de ferro, não. Ferro, cobre, ouro, manganês e alguns outros metais nucleares que constam das reservas minerais de Carajás.

Também passou a participar de atividades na área dos não ferrosos, particularmente alumínio, através da ALBRÁS, em regime de parceria com os japoneses e a Vale Sul. No setor de papel e celulose, com a CENIBRA e com a Bahia Sul, todas essas atividades em parceria com empresas privadas nacionais e estrangeiras.

O que há é o seguinte: os recentes estudos de que tomei conhecimento, feitos por empresas nacionais dentro dos critérios americanos, registram: as grandes empresas de mineração do mundo, à exceção da RTZ, do Reino Unido, particularmente a West and Mining Company, a CRA e a PHP, australianas, apresentaram lucros inferiores à Companhia Vale do Rio Doce.

Os números que tenho em mãos indicam que o lucro da CVRD, pelos critérios de avaliação americana, aumentaram em 11,8% o que essas empresas, à exceção da RTZ, não conseguiram.

Por outro lado, qual foi o crescimento de produtividade que a Companhia Vale do Rio Doce acusou no ano passado? 9% contra 7% das empresas privadas de São Paulo.

Então, não se argumente que a privatização, a venda ou o controle da CVRD estão necessariamente vinculados às suas condições operacionais desfavoráveis. Isso não é verdade. Argumente-se que estamos diante da possibilidade singular de abatermos dívida interna ou externa, diga-se mais dívida interna, com repercussões positivas para a redução do serviço da dívida e redução da taxa de juros.

Os dados que temos são os seguintes: a soma das dívidas interna e externa brasileiras vai a mais de US\$247.000.000.000,00. É presumível que a dívida interna seja um pouquinho maior do que a externa, mas não tenho dados seguros a esse respeito.

A Cia. Vale do Rio Doce vai perder o seu controle acionário. Dir-se-á o seguinte: os preços anunciados pelo Governo são preços mínimos; pode ser que, no decorrer do leilão, atinjam-se valores mais elevados. Sim, mas o referencial é o preço mínimo. Ora, se existe um preço mínimo, haverá algum sujeito benevolente que comece fazendo um lance superior ao preço mínimo? Pois bem, estribando-se no preço mínimo, pode-se vender o controle acionário da Cia. Vale do Rio Doce, dentro dos termos atuais do edital de licitação, por menos de US\$2.000.000.000,00. E o que representam US\$2.000.000.000,00 como efetiva redução do endividamento interno ou externo? Qual é a representatividade disso? Para mim, nenhuma. Não sei se é possível, através de uma mágica aritmética, modificar essa realidade.

Portanto, o problema que está em jogo não é a filosofia de privatizar ou não privatizar. Até porque, repito, todas as Constituições brasileiras consagraram o princípio de que a iniciativa privada deve ter prevalência sobre o setor público na atividade econômica. O que se discute, necessariamente, são os termos do edital de licitação, que não faz referência a duas coisas fundamentais. Em primeiro lugar, ao passivo social ambiental, que envolve toda e qualquer atividade mineradora. Toda e qualquer atividade mineradora tem um passivo social ambiental que tem de ser levado em conta, senão as regiões que produziram riquezas de seu subsolo substituem essas riquezas pelos buracos. Então, esse passivo sócio-ambiental tem de ser levado em conta.

O outro aspecto, que me foi mostrado com muita precisão pelo Deputado Paulino Cícero, é que a Cia. Vale do Rio Doce, por ser uma empresa de controle do Estado, teve impressionante acesso ao nosso subsolo, fantástico acesso ao nosso subsolo. Ela tem milhares e milhares de alvarás de pesquisa e de lavra do nosso subsolo, que não foram sequer mencionados no edital de licitação. Quanto valem esses alvarás de pesquisa e de lavra? Dir-se-á que as riquezas do subsolo não pertencem à Vale, mas à União. Isso é óbvio e ululante, ninguém está discutindo isso. Ocorre que os jazimentos minerais só pertencem à União enquanto estão no subsolo. No momento em que a mineradora arranca essa riqueza mineral do subsolo, essa riqueza pertence a ela, que a comercializa segundo seus critérios e segundo suas conveniências. Depois de minerado, o Governo Federal não vai dizer: "O senhor não venda esse minério de ferro para "a", para "b" ou para "c"; os senhores vendam essa quantidade de minério de ferro; não retirem mais minério de ferro do que aquilo que foi previamente estabelecido". Mas, o que foi previamente estabelecido? Que eu saiba, nada.

Então, essas são as razões pelas quais, como brasileiro, oponho-me ao processo de privatização da Cia. Vale do Rio Doce.

Por isso, independentemente de termos êxito ou não - não sou empresário, nunca tive conexão com o setor de mineração -, não tenho outro interesse nesta luta que estou tendo, a não ser o interesse do homem público que dedicou parcela substancial de sua vida a modestamente servir, e bem, o meu Estado e o meu País. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Esta Presidência tem o prazer de conceder a palavra, neste instante, ao Dr. Luís Carlos Mendonça de Barros, DD. Presidente do BNDES, nosso segundo conferencista. A Presidência informa a S. Exa. que disporá de 30 minutos para o seu pronunciamento.

Palavras do Sr. Luís Carlos Mendonça de Barros

Sr. Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; meu amigo João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda; Dr. Aureliano Chaves, que me precedeu nesta tribuna; meu amigo Deputado Roberto Brant, que com a sua presença me deixa um pouco mais tranqüilo para enfrentar esta ocasião; Senadora Júnia Marise, demais participantes da Mesa.

O processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce iniciou-se em 6/3/95, quando de acordo com a lei, o Conselho Nacional de Desestatização autorizou o BNDES a iniciar o processo.

Assumi a Presidência do BNDES em novembro de 1996, quando o processo entrou na sua segunda fase, na fase de avaliação da modelagem, logo após eu ter assumido como Presidente. Quase um ano e meio como Presidente do BNDES, entre outras atividades, tenho seguido de perto e acompanhado esse processo. Então, são quase um ano e meio como Presidente do BNDES. Entre outras atividades, tenho seguido de perto e acompanhado esse processo. Durante esse período, entre outras satisfações, entre outras experiências que, tenho certeza, são enriquecedoras e que não tinha antes na minha vida profissional, foi a exposição ao debate. Em janeiro de 1996, uma das primeiras atividades que exerci em relação ao processo de privatização foi uma conversa no Senado Federal com alguns Senadores, em razão de um projeto do Senador Dutra que dava à privatização da Vale do Rio Doce uma regra, uma norma, um caminho diferente das outras privatizações. Por esta razão, o Senado acabou sendo escolhido pelo Governo como o fórum de discussão com a sociedade sobre a Vale do Rio Doce. Já estamos há mais de 12 meses nesse processo, fui ao Senado oficiosamente um sem-número de vezes e formalmente convocado por comissões do Senado por três vezes.

Sempre digo e faço questão de reafirmar que esta experiência deu-me uma certeza, e convicção, na validade do funcionamento do regime democrático, como é o brasileiro. Mesmo um Governo Executivo, mesmo um Presidente da República, eleito com a maioria de votos, como foi o caso do Presidente Fernando Henrique. Temos instruções específicas do Presidente da República, que disse que não havia cronograma temporal para a privatização da Vale sem que antes houvesse uma resposta para as questões centrais relativas a essas decisões. Esse ano e meio, de certa forma para mim, economista, professor, foi uma volta à nossa história. Vejo esse processo com uma visão diferente da do Dr. Aureliano Chaves, mas num momento importante de reflexão.

O BNDES e o Programa de Privatização mostram, nesse fórum e de certa forma, que um pedaço da nossa história econômica está sendo revisada. O BNDES, nos seus 44 anos de história, foi o instrumento, aliás ele foi criado para isso da fundação e criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

Deputado, da minha parte, não há problema nenhum, pois estou acostumado a esse tipo de desafio. A menos que essas manifestações incomodem aqueles que estão aqui realmente para ouvir a posição do Governo em relação à Vale do Rio Doce, da minha parte, continuo a minha exposição, mesmo com essa manifestação evidentemente não democrática.

Então, gostaria de fazer uma leitura da história, sob o ponto de vista do processo de privatização. Concordo absolutamente com tudo o que o Dr. Aureliano Chaves falou sobre a formação, a criação das empresas estatais no Brasil. Naquele momento, fim da década de 40 e início da década de 50, o Brasil era um país com características muito claras de subdesenvolvimento e com uma concentração em atividade exportadora agrícola. Era um país sem ligações, sem estruturas rodoviária, ferroviária e energética. E, naquele momento, os políticos que hoje são lembrados tiveram a percepção clara de que teria que haver uma ação direta do Executivo, seja do Governo Federal, seja dos Governos dos Estados, para que o País tivesse condições de romper aquele ciclo de pobreza e de subdesenvolvimento. Essa me parece ser a característica principal do político, que não é técnico e não discute questões pontuais. O político é a pessoa que faz a ligação entre os desejos e os sentimentos do povo e o Governo. Para isso, é fundamental - e a história julga os políticos mais do que os técnicos - que ele tenha essa capacidade de perceber quando é hora de mudar e quando as regras e a lógica do passado não fazem mais sentido. O Governo, que é o agente dessa mudança, tem que tomar as suas decisões.

Naquele momento, seja aqui em Minas, em São Paulo, ou no Brasil, é evidente que tínhamos um quadro de pobreza, um quadro de um País sem mercado, de concessionários de serviço público herdados do começo do século, que tinham perdido o interesse naquele seu mercado de trabalho; e essa ruptura teria de ser feita por uma intervenção direta do Estado.

Posso dizer isso com muita tranqüilidade, porque o BNDES, que tenho a honra de presidir hoje, foi um Banco criado com esse objetivo. O BNDES foi criado para ser um instrumento financeiro do Governo Federal na montagem da Companhia Siderúrgica Nacional, na montagem da Companhia de Álcalis, e de uma série de outras companhias. E é nessa decisão, nessa opção pela ruptura do privatismo que prevalecia àquela época, e pela intervenção do Estado diretamente, por meio de empresas operacionais, que está a base e a força da economia brasileira de hoje. Isso ninguém nega.

O Brasil é hoje a oitava economia do mundo, porque, naquele momento, políticos com lucidez e com coragem tomaram essas decisões. Isso não se discute. Concordo plenamente com o ex-Governador Aureliano Chaves: isso faz parte da nossa história e do meu entendimento pessoal, e faz parte, tenho certeza, do entendimento do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas não é essa a questão que está em discussão nesse processo de debate sobre a privatização. O que está em discussão é o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que entende estarmos de novo, na nossa história, diante de um momento tão crucial e tão importante para o futuro de nosso País, como foram aqueles anos de pós-guerra, no início da década de 50.

É necessário que se entenda que é essa a motivação do programa de privatização brasileiro do Governo Fernando Henrique Cardoso. É nosso entendimento que é essa a nossa responsabilidade - e foi com esse discurso que o Presidente foi eleito, porque a sua primeira ruptura foi com a complacência com que os governos lidavam com a questão inflacionária. E nós sabíamos que a inflação era efetiva fonte de desequilíbrio de renda neste país. A inflação era o efetivo mecanismo de concentração de renda, e ela atingia principalmente as camadas mais sofridas da população. Com esse discurso ele foi atacado, na sua campanha, em relação ao Plano Real, por esses que se dizem defensores dessa camada pobre da população.

Quanto ao primeiro embate do Governo Fernando Henrique Cardoso com relação à mudança, não há mais discussão.

A realidade fala que o controle da inflação, que a estabilidade da moeda era e é uma das grandes aspirações, principalmente, daquele que vive do trabalho e daquele que pertence às camadas mais pobres. Hoje, até as pedras vêm que os grandes beneficiários do processo inflacionário, que vivemos durante décadas, eram o sistema bancário e as grandes empresas, e que o grande perdedor era a população, especialmente as camadas mais baixas.

Hoje não se discute mais isso, é guerra ganha, é compreendido pela maioria da população e está expresso nas pesquisas de opinião.

Uma vez resolvido o problema da inflação, o Governo voltou à agenda do futuro, e nela, entre outras questões básicas, o Governo posicionou-se, repensando o Estado brasileiro e repensando a maneira pela qual o Estado brasileiro interveio no pós-guerra e nos anos 50 e 60. E, vejam, ele não está questionando isso. Está apenas dizendo que mudou o mundo, como disse o Dr. Aureliano Chaves, e mudou o Brasil.

Basta comparar o Brasil dos anos 50 e 60 com o Brasil dessa virada de século. Basta comparar os indicadores econômicos, os indicadores de extensão da nossa infraestrutura, os indicadores sociais, para ver que estamos num país diferente.

O Estado, para responder à sua função básica, que é defender o cidadão, tem que mudar.

O "slogan" da campanha de privatização do BNDES é muito claro: "O Estado no lugar certo." Dr. Aureliano Chaves, seria a minha primeira resposta à sua exposição. Por que vender a Vale?

A motivação da venda da Vale, para nós do Governo, não é uma motivação pontual. Não é uma motivação olhando a empresa. É uma motivação dentro de uma visão estratégica que temos de que chegou o momento de mudar a forma da intervenção do Estado na economia.

No nosso entendimento, ao invés de o Estado realizar a sua intervenção por meio de uma empresa na qual ele tem a maioria do capital, tudo isso pode ser feito com mais eficiência, nos dias de hoje, no Brasil, via mecanismos regulatórios, com a intervenção do Estado, como o concedente legal, legítimo da exploração dos serviços de eletricidade, telecomunicações, ou do nosso subsolo.

O Governo vem realizando a sua agenda estratégica no Congresso. Primeiro, tivemos a eliminação dos monopólios, via Constituição, e estamos agora no processo da legislação ordinária, criando as agências federais do Governo, que terão por lei a autorização e a obrigação de zelar para que os interesses do País, os interesses do cidadão sejam atendidos por aqueles que estão explorando os serviços públicos ou estão explorando riquezas inerentes à nação, como o subsolo.

Então, já temos criada a ANEL, que é uma agência que vai regular todo o processo de transferência das empresas públicas de eletricidade para a gestão privada, transferência essa que é feita via um contrato de concessão, no qual estarão estabelecidas as normas contratuais. A função do Estado será transpor os interesses coletivos em normas contratuais e normas regulatórias.

Isso para que o cidadão tenha a certeza de que o seu interesse estará preservado, mesmo dentro de uma lógica de exploração privada. A mesma coisa será feita com a Vale do Rio Doce.

Foi feita uma pergunta: e as concessões não exploradas que a Vale tem? Dr. Aureliano, o senhor, que já foi Ministro das Minas e Energia, sabe que essas concessões podem ser retiradas a qualquer momento pelo poder concedente. Já ouvi a resposta várias vezes, mas tais concessões nunca foram retiradas. Eu ousaria dizer que isso nunca ocorreu, porque o agente de exploração mais importante do nosso subsolo é o Governo. Portanto, se as concessões ficam eternamente nos livros da Vale do Rio Doce, sob o ponto de vista do bem público, não terá problema algum.

É evidente que isso terá de ser cobrado. Com a Vale do Rio Doce privatizada, será diferente, porque existe uma regra muito clara de que as concessões são temporárias e

têm de ser submetidas a um cronograma de exploração que, se não for realizado, pela administração de hoje e pela nossa Constituição, o Governo tem de retirar a concessão da empresa.

Esclarecido o porquê da venda da Vale, apesar das dificuldades pelas manifestações das galerias, gostaria de trazer, àqueles que estão interessados, algumas observações. O edital da Vale, Dr. Aureliano, tem 111 páginas, e foi elaborado após mais de um ano de debates centrados no Senado Federal, por praticidade e porque o Senador Dutra - apesar das nossas divergências, aprendemos a nos respeitar - liderou, no meio legislativo, o questionamento do processo de privatização da Vale do Rio Doce. No Senado é que esse processo foi conduzido. Na última vez, quando eu e o Ministro Kandir ali estivemos para levar o primeiro "draft" do edital, verificamos que boa parte do que estava no edital tinha sido sugerido e discutido no Senado Federal. Foi ali que se levantou, desde o começo, uma questão fundamental, não a razão da venda da Vale, que está ligada ao entendimento do Governo, mas como valorizar corretamente aquela empresa, para que não haja dano ao patrimônio público. Uma das questões levantadas era se existiam potenciais minerais da Vale do Rio Doce em processo de pesquisa, e para as quais não existiam ainda informações abrangentes que permitissem o cálculo do seu valor econômico. Não se poderia calcular o valor de tudo aquilo, portanto, também não seria direito que, não conseguido o cálculo, o seu valor fosse zero.

Esse ponto foi debatido e, enquanto não tivemos uma resposta para isso, o Presidente da República não liberou o edital. Qual foi a resposta, construída na discussão com o Senado? O Governo Federal tem, hoje, 50% do capital da Vale do Rio Doce. O resto, como o senhor bem disse, Dr. Aureliano, é capital privado. Então, em todos os bens e valores que fizerem parte da Vale, o Tesouro tem só 50%.

Que fizemos? Usando uma experiência já utilizada por três vezes entre o BNDES e a Vale do Rio Doce, fizemos um contrato de parceria para, primeiramente, terminar as pesquisas nessas regiões e explorar o potencial mineral e econômico que for descoberto. Nessa parceria, a Vale gastaria 50% do que fosse necessário para completar as pesquisas - algo em torno de R\$200.000.000,00, dos quais já tinha gasto R\$80.000.000,00, portanto seria um desembolso de R\$120.000.000,00 - durante 5 anos, e o BNDES entraria com R\$200.000.000,00 para completar os recursos que, segundo o próprio corpo técnico e a diretoria da Vale, são fundamentais para que se tenha o real valor econômico. Daqui a um, dois ou três anos, já com a Vale privatizada, essas descobertas terão para o Tesouro e para a sociedade o mesmo valor econômico que têm hoje para a Vale, não existe perda de nada. Infelizmente, D. Luciano cometeu um erro em seu artigo recente, ao perguntar pelos outros 50%. O Governo não tem mais 100%, D. Luciano.

Com esse mecanismo, os próprios Senadores ficaram conscientes e satisfeitos de ver sua questão respondida, e o Presidente da República só liberou o edital quando essa questão teve a resposta adequada.

Existe, no processo de venda da Vale, uma série de restrições quanto às pessoas e às empresas que possam participar de seu controle. E essas restrições, Dr. Aureliano, foram definidas a partir de questões levantadas, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado. Temos, no modelo de privatização da Vale, dois anos de trabalho: um ano de trabalho burocrático interno para seguir as normas de escolha dos consultores, e um ano e dois meses - desde janeiro do ano passado - de debate público realizado em condições muito melhores do que as que temos hoje aqui, pois as pessoas se comportaram como adeptas do regime democrático, e não como as pessoas que estão aqui, que não entendem a democracia nem dela participam.

Gostaria de dizer que é desrespeito chamarem o Presidente da República, eleito pela maioria dos brasileiros, de ladrão. Isso é desrespeito.

Gostaria de terminar dizendo que tive muita honra em fazer o contraditório da venda ou da privatização da Vale do Rio Doce com uma personalidade como o Dr. Aureliano. Acho que este tipo de contraditório é a base da democracia, é a base do desenvolvimento do País como nação. O problema não é o senhor ter uma opinião e o Governo ou eu termos outra. O problema é não haver condição de que isso possa ser expresso de forma civilizada, visando a uma avaliação fria de todos aqueles que se interessam pela questão.

Gostaria de terminar a minha fala agradecendo à Assembléia Legislativa. Quando recebi o convite para aqui comparecer, sabia o tipo de ambiente que iria encontrar, pois já participei de inúmeros debates sobre a Vale do Rio Doce e acho que isso faz parte da democracia.

Agradeço a oportunidade e a iniciativa da Assembléia Legislativa. Se há um Estado onde a Vale do Rio Doce tem suas raízes históricas e mais profundas, esse Estado é o de Minas Gerais. Acho que seria falta de respeito com o Estado de Minas Gerais, que é o Estado natal do meu pai - mesmo sabendo o que iria enfrentar, os constrangimentos, pois não estou acostumado a ser chamado de ladrão, a ouvir insultos sobre o Presidente da República, eleito pelo voto direto -, deixar de participar deste Ciclo

de Debates. Portanto, mais uma vez, gostaria de agradecer a oportunidade e encerro as minhas palavras.

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - A Presidência vai dar continuação ao nosso Ciclo de Debates e, neste momento, passa a palavra a Exm^a. Sra. Senadora Júnia Marise, primeira expositora, que disporá de 10 minutos para fazer as suas considerações.

Palavras da Senadora Júnia Marise

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Sr. Presidente, Sr. Aureliano Chaves, Sr. Presidente do BNDES, Sr. Secretário da Fazenda, Brigadeiro Ivan Frota, Dom Luciano, Deputado Fassarella, Deputado Roberto Brant, Sr. Presidente da FIEMG, Srs. Deputados Federais, Srs. Deputados Estaduais, Vereadores, companheiros e companheiras que integram o grande movimento cívico contra a privatização da Vale do Rio Doce, neste período de 10 minutos que me foi concedido, gostaria de fazer aqui o resgate das emoções que vivi nesta Casa Legislativa.

Cheguei a esta Casa como Deputada Estadual e, neste momento em que volto a esta tribuna, pela oportunidade da realização de um debate tão importante como este, certamente se reacendem em mim as emoções das grandes mobilizações em que, ao tempo do regime autoritário, o povo brasileiro, e principalmente de Minas Gerais, se levantava diante dos atos de exceção e na pregação da retomada das liberdades democráticas e da consolidação da democracia no nosso País.

E hoje estamos vivendo, sim, a democracia que o povo conquistou. Conquistou por sua luta, por sua coragem, por seu destemor, apesar das baionetas, das cassações de mandatos e do regime de exceção imposto em nosso País.

E aqui estamos mais uma vez, resistindo como no passado, resistindo diante do autoritarismo de um governo eleito, sim, mas que quer impor a sua vontade à Nação, na sua pregação desvairada de promover a desestatização em massa em nosso País.

E é exatamente em Minas Gerais que nasceu a Companhia Vale do Rio Doce, como nasceu a USIMINAS, construída com o suor dos mineiros, e que foi vendida em troca de moedas podres. E os mineiros não viram um centavo de real sequer da promoção da venda de uma empresa como a USIMINAS.

E foi aqui também em Minas Gerais, este Estado celeiro da democracia, em que se deu o primeiro grito de liberdade neste País, a Inconfidência Mineira, que também se fez a privatização da AÇOMINAS.

E os mineiros não viram um centavo sequer de real da venda da entrega dessa empresa. É exatamente aqui que estamos, e é este o foro mais adequado deste País para se debater e discutir a entrega de uma companhia como a Vale do Rio Doce. Aí, sim, teremos o julgamento político da história, apesar de todos os argumentos técnicos, apesar de todos os argumentos e as utopias defendidas por este Governo ou por seus estrategistas e técnicos, que até hoje não souberam responder à única pergunta: por que vão entregar o patrimônio-símbolo da soberania do nosso País?

Vão entregar esse patrimônio construído pela força, pelo desempenho, pela eficiência dos nossos trabalhadores à iniciativa privada. Por que vão entregá-lo se agora, ainda neste mês, a Companhia Vale do Rio Doce divulgou para o mundo inteiro - e o noticiário foi além das fronteiras do nosso País, foi para a Argentina, para a Itália, para a França, para a Espanha e para os Estados Unidos - a notícia de que a Vale do Rio Doce rendera ao País R\$660.000.000,00 de lucro?

E é dentro dessa ênfase do noticiário internacional que disseram: "Aí está, portanto, uma companhia de peso. Uma companhia que rende lucros. É a maior mineradora do mundo, que tem demonstrado a sua eficiência e o seu desempenho".

E não é uma companhia apenas de capital nacional, estatal, mas é também uma companhia pulverizada. E é exatamente por isso que esses noticiários, divulgados pela imprensa mundial, diziam: "Aí está o grande" "filé mignon" para os estrangeiros - adquirirem uma empresa estatal lá no Brasil, com essa eficiência e produção, que tem dado ao Brasil o seu cartão de visitas na economia mundial".

Aquí se falou, sim, no julgamento político. Trata-se do julgamento político deste Governo; de um governo eleito, sim, pelo povo; um governo eleito pelo povo; um governo que está vigente, hoje, em nossa democracia, democracia conquistada pelo povo. Mas o julgamento passará à história deste País. Como estão na história do País aqueles grandes brasileiros, e até mesmo os militares, que defenderam, apoiaram e fomentaram o crescimento e a eficiência da Cia. Vale do Rio Doce.

Por outro lado, quero trazer aqui alguns aspectos e alguns diagnósticos técnicos. Certamente, a questão da Vale do Rio Doce não está apenas na discussão técnica; mais do que isso, ela está na discussão política da oportunidade e do momento deste País. Vender a Vale? Entregá-la a quem, por US\$2.000.000.000,00 ou R\$2.000.000.000,00? O que vão fazer com esse dinheiro? Abater a dívida interna deste País? Certamente, o resultado dessa venda não dará sequer para pagar dois meses da dívida interna do nosso País. Por isso, a discussão não está centrada apenas nos aspectos técnicos. É isso o que quero reafirmar, apesar de estarmos, no Senado Federal, discutindo e debatendo com os representantes do BNDES e com os representantes do Governo (embora,

apesar de convocado, até hoje ali não tenha comparecido o Ministro Antônio Kandir).

O que queremos dizer é que os estudos que foram realizados por grandes e eminentes professores da Universidade do Rio de Janeiro, técnicos isentos e certamente patriotas e brasileiros, esses estudos, que não foram contestados por uma voz sequer deste Governo, seja técnica ou política, resultaram no seguinte: não há qualquer razão, nem técnica, nem econômica, nem mercadológica, nem administrativa, nem financeira, nem estratégica ou de qualquer natureza que justifique a venda da Cia. Vale do Rio Doce. Daí, para dar oportunidade aos demais integrantes desta Mesa e deste debate, quero dizer que podemos apenas construir o nosso pensamento diante dessa determinação do Governo em vender e privatizar a Vale do Rio Doce. Quem sabe, os argumentos mais fortes - e talvez mais impiedosos - para a história deste País e para todos os brasileiros sejam os dos que querem, neste Governo, demonstrar o alinhamento e as diretrizes do Consenso de Washington.

Para ter a oportunidade de debater, quero fazer aqui uma pergunta, com todo respeito, ao Sr. Presidente do BNDES. Em primeiro lugar, registrar para os anais da história de Minas Gerais: falou-se no debate permanente que tem sido realizado no Senado Federal. É verdade. Estamos lá discutindo muito, mas não se falou aqui que, apesar de todas as tentativas que temos tido, nós, da oposição, no sentido de conduzir, de forma ética, séria, transparente e cristalina, o debate para toda a Nação, o Governo tem impedido, com os seus aliados, no Senado Federal, a aprovação de qualquer projeto que signifique retirar a Vale do Rio Doce do contexto do Programa de Desestatização deste País.

Não aprovaram ou rejeitaram o projeto aqui citado do Senador Dutra, e agora também não estão permitindo a apreciação de um projeto de minha autoria, que submete o edital de privatização da Vale do Rio Doce à apreciação do Senado Federal. Não querem e não desejam fazer um debate sério, para que tenhamos a oportunidade de aprofundar, de pesquisar, de levantar dados, de solicitar informações para, afinal, o Poder Legislativo, a Câmara Alta do Congresso Nacional poder, juntamente com a sociedade, levantar todas as informações que dizem respeito ao edital de privatização da Vale do Rio Doce. Nem isso este Governo quer. Este Governo não dá oportunidade à sociedade e ao País para que possamos examinar esse edital. E é exatamente por isso, finalizando, que agora vou me dirigir, respeitosamente, ao Sr. Presidente do BNDES.

Sr. Presidente, é sabido que duas consultorias foram contratadas pelo BNDES para a realização de estudos envolvendo a avaliação do Sistema Vale do Rio Doce. Os relatórios foram emitidos por essas consultorias e resultaram, segundo informações, em avaliações diferentes sob vários aspectos; os aspectos técnicos, de avaliação e de informações. Uma decorrente do chamado serviço A, e a outra executada pelo serviço B, que é coordenada pela Merrill Lynch. Quem é Merrill Lynch? É essa consultoria conhecida por todos, citada agora na CPI dos precatórios, e que é hoje, segundo informações, praticamente detentora acionária de parte do grupo da Anglo-Americana.

Portanto, a nossa pergunta será: por que o Governo, o BNDES, está embasando o processo de privatização da Vale do Rio Doce neste relatório da Merrill Lynch? É com todo respeito que me dirijo ao Dr. Luís Carlos Mendonça de Barros.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Presidente da FIEMG, Sr. Stefan Salej, que disporá de dez minutos para o pronunciamento.

Palavras do Sr. Stefan Salej

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Romeu Queiroz; Srs. Deputados; Governador; ex-Vice-Presidente Prof. Aureliano Chaves; Senadora Júnia Marise; Dom Luciano; Deputado Fassarella; Luís Carlos, com quem me solidarizo, neste momento de debate tão caloroso, Secretário João Heraldo, Brigadeiro Frota; Deputado Roberto Brant, senhoras e senhores convidados, há um ano e meio, quando começaram os debates sobre a privatização da Vale do Rio Doce, a Federação das Indústrias e muitos convidados aqui presentes tiveram a oportunidade de discutir, não só a questão da privatização da Vale do Rio Doce, como também a venda de pacotes estratégicos de ações da CEMIG, em nosso Estado, e o processo democrático. O que estamos colocando, e o que está nos preocupando é essencialmente como vai ser o Brasil e qual será o padrão de qualidade de vida que vamos conseguir no próximo século. A questão que estamos colocando é como vamos, com um modelo de estabilização econômica que tem resolvido algumas questões sociais, acelerar as soluções rumo ao desenvolvimento social, para atingirmos uma sociedade mais justa. Uma sociedade na qual, sem dúvida nenhuma, não teremos analfabetos, na qual teremos uma rede de saúde mais eficaz, uma educação mais ampliada, com determinação clara de quais níveis serão gratuitos, e com possibilidade de amplo acesso de toda a população aos serviços de saúde, aos serviços sociais de toda a natureza, a água tratada, esgoto, etc. Dentro desse processo, consideramos que a reorganização da economia produtiva deve nos permitir, de um lado, a distribuição de renda e melhores salários, e, ao mesmo tempo, permanecermos num modelo que nos permita sermos competitivos no mercado globalizado, não sermos massacrados por essa globalização, mas sermos seus atores principais, especialmente naquelas especializações econômicas que o Brasil tem, que são a agroindústria, a

agricultura desenvolvida, os setores industriais metal-mecânicos, os setores intelectuais, nos quais o Brasil está se desenvolvendo muito, a biotecnologia. Como não seremos massacrados por uma globalização que nos ameaça, como vamos fazer e ter essas oportunidades?

Achamos que a reorganização da economia não passa só pelo setor privado, não é só o empresário pequeno, não.

Quero aqui prestar uma homenagem, inclusive aos partidos de oposição, chamados de oposição ao empresariado. O meu amigo ali se exaltou comigo, gritando que aqui não é FIEMG e, sim, Assembléia, mas, graças a Deus, lá em Bom Jesus do Galho, minha terra adotiva, aprendi a ler e sei o que está escrito na porta. Foi o seu partido que lutou pelo pequeno empresário, o Deputado Martini também lutou por ele, e foi o Governo do Estado que deu condições a ele. Se todos nós temos a economia privada a nos reorganizar, por que o Estado não vai se reorganizar? Por que o Estado não tem o direito de pensar no bem do povo e em melhorar as suas condições, vendo em que setor, será mais eficaz e eficiente? Penso que esse debate é sobre isso, e é o que estamos fazendo. Pensamos e concordamos com muitas das teses que aqui foram expostas, que é fundamental que essas questões sejam debatidas e que essa nossa democracia permita isso.

Agora, vamos ver o que a Vale do Rio Doce é. Foi dito com muita propriedade que ela descobriu algumas jazidas recentemente. Elas só foram descobertas depois da ameaça da privatização. Isso é muito esquisito e gozado. As jazidas estão lá há muito tempo e eles têm muita competência. Como elas não foram descobertas antes? Eles deviam saber onde elas estavam.

E o buraco de Itabira? Quem vai cobrir? Se é mentira, então provem que o é, por favor. Só na hora em que a corporação é ameaçada de eventual extinção é que eles se comportam de uma forma diferente. E o buraco lá?

Vamos olhar a questão mineral. A Vale, na composição atual, tem quanto investido em Minas Gerais? Isso aqui é Minas Gerais e é parte do Brasil. Foi daqui que se levou o dinheiro para fazer Carajás e é daqui que estão hoje emigrando as empresas para ir para Carajás, para poluir o ambiente lá, porque aqui já não dá mais. Então, temos que perguntar também sobre a eficiência da Vale.

Sou da geração, e muitos dos senhores daqui não o são, que gritava, na década de 60, nessas ruas de Belo Horizonte, "minério não dá duas safras". Isso aconteceu na minha geração. Agora, temos que ter um pouco mais de responsabilidade para vermos o futuro e para não errarmos mais uma vez. Então, vamos comparar também o desenvolvimento do setor mineral em Minas Gerais e o desenvolvimento social que a mineração da Vale deixou em Itabira. Há lá um plano de 2005 que está sendo feito pelos empresários. A Vale colocou US\$1.000.000,00 num plano de desenvolvimento. O que vai ser resolvido? Então, precisamos, no Estado, de novos investimentos que gerem empregos e de indústrias que melhorem as condições do trabalhador, porque, sem essas condições, não vamos progredir. Graças a Deus, no ano passado, a indústria de Minas Gerais cresceu mais do que a média brasileira - cresceu 5%, enquanto a média brasileira foi em torno, salvo engano, de 2%. Não tivemos desemprego e, com a cooperação desta Assembléia, do Governo do Estado e de todas as forças políticas, vamos aumentar os investimentos no Estado e a produtividade. Em 80% das indústrias de Minas Gerais há o programa de participação nos resultados. A base do diálogo é fundamental. Então, para nós, interessa que a Vale do Rio Doce seja uma empresa eficaz e eficiente. Temos a firme convicção de que, com o dinheiro da venda da Vale, serão feitos investimentos na área social muito mais importantes. É justo, nesta hora, o clamor da Senadora, ao me perguntar para onde vai esse dinheiro. Esperamos, como eleitores e cidadãos, que esta Casa, que o Senado, onde a senhora nos representa, que a Câmara dos Deputados, representada aqui pelos Deputados Fassarella e Roberto Brant, controlem isso. Foi para isso que eles foram eleitos, e não preciso lembrar esse fato a ninguém.

Agora, esperamos também, dentro de uma política de descentralização, de reforço da Federação brasileira e de base do sistema de democracia econômica e política do País, que não voltem, como o nosso Governador pediu, apenas 50% dos recursos de privatização da Vale para o nosso Estado. Esperamos que, desta vez, voltem 100% dos recursos para o Estado de Minas Gerais.

É uma beleza gritar. Estou pedindo para os recursos voltarem para Minas Gerais e há gente contra. Então, está difícil!

Nesses 40 anos, as empresas privadas similares do setor da Vale investiram em Minas Gerais e deram lucros muito superiores ao da Vale. Se a Vale é tão mineira como se diz, por que sua sede está no Rio de Janeiro? Por que ela não veio para Belo Horizonte? Quanto ao fato de ser privatizada, garanto às senhoras e aos senhores que ela vai ser.

Agradeço esta oportunidade e a gentileza que a galeria teve comigo e, mais uma vez, solidarizo-me com o competente Presidente do BNDES.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Luís Carlos Mendonça de Barros, Presidente do BNDES, para que responda à pergunta que lhe foi feita anteriormente.

O Sr. Luís Carlos Mendonça de Barros - Gostaria apenas de dizer, Senadora Júnia Marise, que a senhora fez algumas referências, na sua intervenção, que não correspondem à realidade.

Em primeiro lugar, digo que o relatório foi objeto de uma análise bastante detalhada dos nossos técnicos. Somente estranhamos que, antes de ir aos jornais denunciar como irregularidades o que tinham visto no BNDES, esses professores não tivessem nos procurado, porque poderia ter havido um debate anterior a qualquer pronunciamento público. Mas, de qualquer maneira, esse é um direito que eles têm, e nós fizemos a nossa lição de casa.

Peço que a Superintendente de Privatização do Banco passe à senhora um resumo dessa resposta e entregue ao Presidente da Assembléia algumas cópias desse resumo para aquelas pessoas que a ele quiserem ter acesso.

Em relação à Merrill Lynch, que também faz parte desta resposta, posso dizer que ela não tem nenhuma participação acionária na Anglo-América, como a senhora disse. A Anglo América é uma empresa familiar da África do Sul, e a Merrill Lynch é um Banco internacional, com capital pulverizado.

Existe uma relação formal, que apareceu entre uma subsidiária na África do Sul e a Anglo-América, a partir da compra de um grande Banco inglês pela Merrill Lynch, cinco meses antes de ter sido publicado o edital de concorrência dos dois consultores "A" e "B".

Ao comprar esse Banco na Inglaterra, a informação que temos é de que a empresa pagou US\$800.000.000,00, o que é muito dinheiro. E surgiu uma subsidiária desse Banco na África do Sul. Solicitamos informações tanto à empresa quanto à Bolsa de Valores de Johannesburgo.

Ela tem uma relação burocrática de custodiante e de divulgação de informações com a empresa Anglo-América.

Na avaliação do BNDES, e assumiremos as responsabilidades legais dessa avaliação, não existe nenhum impedimento, nenhum conflito de interesses entre a Merrill Lynch, que participou como um dos membros do Consórcio B, e essa empresa da África do Sul.

Inclusive, já encaminhamos a documentação ao Tribunal de Contas da União. Talvez seja importante dizer que a privatização da Vale do Rio Doce foi a primeira privatização em que o Tribunal de Contas da União acompanhou tudo "on line", ou seja, todos os eventos relativos à privatização eram comunicados ao Tribunal de Contas, e não como é a lei ou como é a tradição de se esperar, "a posteriori", a análise do Tribunal de Contas. Tivemos muito cuidado com isso.

Passo à senhora esse resumo, e, em caso de dúvida, temos total interesse em esclarecer. Passo-o também ao Presidente da Assembléia para posterior consulta dos advogados.

O Sr. Presidente - A Presidência fez concessão ao Sr. Luís Carlos Mendonça de Barros, Presidente do BNDES, para que ele respondesse as questões levantadas pela Senadora Júnia Marise, mas informa que os debates ocorrerão no momento oportuno e não neste momento. Portanto, passa a palavra ao Deputado Federal João Fassarella, que disporá de 10 minutos.

Palavras do Deputado Federal João Fassarella

Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, Vereadores, Prefeitos, senhoras e senhores, inicialmente, gostaria de ver a verdade dos fatos sobre o relatório da COOP. Primeiro, quem o divulgou não foram os técnicos que tiveram acesso ao Data I. Os relatórios da COOP agiram em nome da Comissão Externa, constituída pela Câmara Federal para acompanhar o processo de privatização, Comissão da qual faço parte.

Os técnicos que lá estiveram fizeram o seu relatório para a Comissão. A divulgação do relatório ocorreu quando ele foi lido na sessão da Comissão. E a partir da sua leitura é documento público, e não há por que deixar de ser distribuído a toda a população.

Então, não foi um ato de desatenção dos técnicos da UFRJ e da UNICAMP em relação ao BNDES, mesmo porque lá estavam não em nome do BNDES, mas tinham que prestar contas à Comissão Externa da Câmara Federal e o fizeram.

Quero ainda colocar, para efeito de análise, e ao mesmo tempo para efeito de meditação, a relação entre a Merrill Lynch, a FBH e a Anglo-América. Temos aqui um aviso público assinado pela Merrill Lynch dizendo que ela adquiriu 51% das ações da FBH, que é a subsidiária a que o Presidente do BNDES se referiu, exatamente em novembro de 1995, e não há cinco anos. Isso nos leva à conclusão de que a Merrill Lynch deve estar dando duas informações diferentes. Uma, à sociedade de Johannesburgo, comunicando oficialmente que, em novembro de 1995, comprou 51% das ações da FHB e que, posteriormente, em fevereiro de 1997, adquiriu os restantes 49%. Se ela deu outra informação ao BNDES, temos que buscar a verdade. Ou ela está mentindo para a população da África do Sul ou está mentindo para o BNDES. Estranho que o BNDES tenha aceito, talvez muito rapidamente, de um dia para o outro, as explicações dadas pela Merrill Lynch.

Reportando-me a outro argumento aqui mencionado, de que a principal razão para a privatização da Companhia Vale do Rio Doce é a necessidade de colocar o Estado em seu devido lugar, o Estado tem que aprimorar a sua função regulatória, e não ele mesmo ser um produtor direto. Essa foi a argumentação básica.

Pergunto o seguinte: a que Estado regulatório estamos nos referindo? Será que ao Banco Central? Fique-se sabendo que o Banco Votorantim, alguns dias antes, teve o "de acordo" do Banco Central, dizendo que tudo estava correto. O principal Banco agora responsável pelo desvio de mais de R\$1.000.000.000,00 de recursos para a fronteira, via Uruguai ou Bolívia, estava sob intervenção do Banco Central quando fez essas transações. Que Estado regulatório é esse? É esse o Estado no lugar certo que queremos?

Para mim, a ação certa do Estado tem sido na Vale do Rio Doce, porque ela tem sido eficiente, lucrativa, competitiva, tem produzido lucros, tem atraído investimentos estrangeiros com parcerias. Esse é o lugar certo do Estado. Vamos trocar o lugar do Estado, onde ele está dando certo, para confiar em um Estado regulatório que não tem cumprido, ao longo da sua história e no presente, o seu papel regulador das relações econômicas, das relações financeiras, nem a sua função social de atender à saúde e à educação. Não temos motivo para acreditar que este Estado regulatório será eficiente.

Ainda gostaria, nesse curto espaço de tempo que me resta, de colocar outra questão aqui mencionada. Como preservar as pesquisas que estão em andamento? Não podemos vender aquilo que não conhecemos. Chamaria a atenção para a solução apresentada pelo BNDES. Além do que a Vale já investiu, privatizada ela vai investir, já descontando o que já investiu, e o BNDES vai colocar mais 50%. A gestão disso ficará com quem? Por que o Estado deve colocar mais 50% em uma pesquisa que não será dele? Por que transferir esse investimento em pesquisa para o domínio privado? Em troca de quê? Em troca das futuras debêntures sobre as quais o Governo não terá, efetivamente, um controle, porque elas não serão de lucro certo e sim de lucro incerto?

O direito de pesquisar já não estará nas mãos do Estado brasileiro, estará nas mãos do eventual comprador. Essa é uma solução inadequada do ponto de vista das garantias que se quer dar à Nação brasileira sobre as pesquisas que ela já realizou, sobre os indícios que ela já encontrou de recursos minerais, cuja avaliação ainda não está concluída. A solução apresentada pelo BNDES deixou inteiramente satisfeito o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas não deixou satisfeita, sem dúvida alguma, uma grande parcela da Nação brasileira e, especialmente, o povo do nosso País.

Gostaria de retomar também uma outra questão. Fala-se que no passado o papel do Estado como agente econômico ocorreu porque era correto, naquele momento, fazê-lo.

Se o Estado brasileiro não tivesse entrado na área de siderurgia, na área de mineração, na área de produção de petróleo e na área de energia, o desenvolvimento econômico do Brasil não teria ocorrido. No passado, isso foi necessário e importante. Hoje, no mundo globalizado, a função do Estado já não é mais essa. Querer manter essa situação, dizem os arautos do neoliberalismo, é raciocinar no presente com uma visão do passado.

Quero aqui dizer que, no mundo globalizado, exatamente pela inserção do País mais assertivamente nas relações econômicas internacionais, é necessário que o façamos com soberania e independência. Não podemos nos colocar no mundo globalizado de joelhos, submissos, apequenados, renunciando ao controle sobre as nossas decisões.

A Companhia Vale do Rio Doce e a PETROBRÁS são as duas grandes empresas sobre as quais temos o controle, que asseguram a inserção do Brasil no mundo globalizado de maneira soberana. Nas áreas em que essas empresas dominam, elas entram tendo condições de ditar ordens, procedimentos e regras e de falar mais alto. Se destruímos e entregarmos especialmente esses dois setores, estaremos dizendo a nós mesmos e ao povo brasileiro que estamos nos colocando no mundo globalizado de forma menor, pequena, de joelhos, abrindo mão das nossas decisões, da nossa estratégia de desenvolvimento, inteiramente submissos às regras que passarão a ser ditadas lá fora. Assim, que forças teremos nas regras da economia globalizada?

Se, no passado, a Vale do Rio Doce, como muitas outras empresas, foram importantes e necessárias para o processo de desenvolvimento econômico do nosso País, isso não é menos verdade no mundo globalizado. Hoje, precisamos da Companhia Vale do Rio Doce para que a nossa inserção na economia globalizada, como já disse, seja feita de forma soberana.

Concluindo, Sr. Presidente, afirma-se ou pode-se pensar que esse papel poderá ser cumprido pela Companhia Vale do Rio Doce privatizada. É uma mentira. Privatizada, a empresa terá o centro de suas decisões fora do País e será, sem dúvida nenhuma, fragmentada em seguida. A garantia dada no edital é apenas para o complexo de minério de ferro. O restante - alumínio, celulose e outras atividades - poderá ser fragmentado e vendido logo após o processo de privatização.

Chamo a atenção para o fato de que a Companhia Vale do Rio Doce faz parte da nossa história. É uma conquista do povo brasileiro. Foi importante no passado, é importante no presente e o será no futuro, em nosso País.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Exmo. Sr. Brigadeiro Ivan Frota, que disporá de 10 minutos para o seu pronunciamento.

Palavras do Brigadeiro Ivan Frota

Exmo. Sr. Presidente da Mesa e da Assembléia Legislativa, Deputado Romeu Queiroz; Dr. Aureliano Chaves; Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros; D. Luciano Mendes; Senadora Júnia Marise; Deputado Federal João Fassarella; Dr. Stefan Salej; Deputado Federal Roberto Brant; demais membros da Mesa, senhor representante do Governador, Secretário João Heraldo Lima; senhores parlamentares, senhoras e senhores e pessoas presentes nas galerias, que são o verdadeiro povo brasileiro. Sem pretender ser demagogo, quero fazer uma referência ao que aconteceu hoje, aqui neste ambiente. As dificuldades dos oradores, não do contraditório - desculpe-me o Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros -, mas da situação, pois o contraditório somos nós, se prende ao que está acontecendo no nosso País. O contraditório ao Governo não tem conseguido se expressar, não tem espaço na grande imprensa, e isso vai represando o sentimento de revolta que, de repente, explode, como explodiu aqui, nesta manhã. Quando assistimos a programas de televisão ou lemos propagandas de revistas e jornais, financiados com o dinheiro do Governo, que é o dinheiro do povo, sem que tenhamos a contrapartida desses recursos para que o contraditório possa ser apresentado no mesmo nível, na mesma dimensão e no mesmo alcance, assalta-nos, também, um sentimento de sofrimento e de injustiça. É verdade que, se pesquisarmos profundamente, veremos que o Governo tem o direito de fazer essa propaganda, mas, sob o aspecto democrático, principalmente considerando como a questão da Vale tem invadido os nossos lares, isso tem levantado a Nação informada ou mais bem-informada do que o grande povo, que, no dia-a-dia, apenas se preocupa com seus empregos ou desempregos e com a comida do dia de amanhã. Esse povo não tem ouvidos para problemas dessa dimensão, que a grande imprensa deveria permitir que fossem transmitidos a todos os lares.

Por isso, sem aprovar as manifestações feitas pelas galerias para impedir o processo de pronunciamento livre dos patrícios que vieram cumprir sua obrigação, fiz questão de ressaltar que tiveram eles o pagamento do que está sendo plantado por este Governo, que se diz democrático, mas que, na realidade, é uma democracia falsa, respaldada por maiorias espúrias, que não dão às minorias o direito de se expressarem.

Sou um velho soldado, naturalmente não acostumado às lides políticas, mas me faço presente, dentro do objetivo da reunião e dentro do meu tempo. Queria dar uma notícia que considero importante. Ontem, foi colhida uma pesquisa feita no universo da família militar.

E tivemos uma resposta do Clube Militar, que fez essa pesquisa, por correspondência, entre milhares de oficiais da ativa e da reserva. Sessenta e nove por cento das respostas continham posicionamento contra a privatização da Vale do Rio Doce. Repito, essa pesquisa foi feita entre militares da ativa e da reserva. Setenta por cento também responderam se valeria a pena o Clube Militar se engajar nesta campanha. E a resposta foi positiva. Temos também o posicionamento das entidades mais significativas de nossa sociedade, principalmente desta Assembléia, que é a casa do povo.

Esta não é a casa daqueles que só defendem a Vale, porque os 80% que dão apoio ao Presidente também deveriam estar aqui. A entrada é livre, ela não está impedida. Se sabiam que haveria essa discussão, deveriam esses indivíduos, se são convictos do seu posicionamento, estar aqui presentes.

Objetivamente, ouvimos aqui o posicionamento do Presidente do BNDES. Ele citou, pois ouvi atentamente o seu pronunciamento, três argumentos que justificam a posição do Governo. Em primeiro lugar, falou em inflação controlada, e não vi pertinência, correspondência entre uma coisa e outra. Ele ainda falou que esse Governo é bom e tem o apoio do povo. Em segundo lugar, falou em jazidas em potencial, fato anotado anteriormente pelo Deputado Fassarella e por mim. Suas observações são também as minhas, e não vou repeti-las. E, por último, falou sobre a palavra modernidade, que tudo mudou e, hoje em dia, temos outro mundo que não o mundo de 10, 20 anos atrás. Por isso, precisaríamos privatizar a Vale. Houve quem falasse aqui também sobre uma sociedade mais justa. Esse é um chavão. Entendo que todos queremos uma sociedade mais justa, mas ela pode ser alcançada de várias maneiras. Falaram ainda nos buracos de Itabira e na promessa de investimentos desses R\$3.000.000.000,00. Mas já tem tanta gente querendo esse dinheiro, que não sei quanto vai dar para cada um. Será usado para pagar dívida externa, para investimentos, e não sei mais o quê.

Outro assunto é o problema da Merrill Lynch, que já havia anotado antes de vir para cá. Quero deixar bem claro que a nossa posição é não aceitar a venda do controle acionário da Vale. Não vamos aqui levantar argumentos, que está barato, está caro, que a licitação deixou dúvidas, ou que a Merrill Lynch tem interesses em empresas como a Anglo-América, ou que quem vai ganhar o controle acionário poderá ser a Anglo-América, etc. Não quero entrar nesse mérito. Quero deixar claro que, para o Brasil, não é absolutamente aceitável essa entrega e esse instrumento de pressão estratégica

internacional. Fui chefe do setor de pesquisa nuclear da Aeronáutica, fui chefe do setor de pesquisa espacial, sei que, no Século XXI, só quem tiver total domínio dessas duas tecnologias terá lugar no concerto das nações, poderão colocar sua voz. Para uns, é privilégio ter a energia nuclear. Para outros, é sacrilégio.

Isso tem acontecido no mundo, e uma das poucas coisas que teríamos à mão, como instrumentos de força e de pressão nas negociações internacionais, é a Companhia Vale do Rio Doce. Portanto, não podemos abrir mão disso, porque é a sobrevivência soberana da Nação brasileira. Isso é inaceitável.

Entendo que o grande motivo para conservarmos a Companhia Vale do Rio Doce, ainda com o controle acionário governamental, é o seu valor como instrumento de barganha no contexto do cenário de negociações internacionais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Federal Roberto Brant.

Palavras do Deputado Federal Roberto Brant

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Romeu Queiroz; Sr. Ministro Aureliano Chaves; Sr. Presidente do BNDES, Luis Carlos Mendonça de Barros, vou centralizar as minhas observações em cima de duas colocações: uma feita pelo Brigadeiro Ivan Frota, e a outra pelo ex-Governador Aureliano Chaves. O Brigadeiro Ivan Frota colocou, com muita propriedade, que devemos nos colocar estrategicamente contra ou a favor da privatização da Vale. Todas as objeções menores que são feitas ao próprio processo de privatização são questões de natureza tática, portanto, não deveremos perder tempo com elas.

Vou dar a minha opinião pessoal, opinião da maioria do meu partido no Congresso Nacional, sobre a privatização da Vale do Rio Doce. De outra parte, quero retomar a idéia, com a qual concordo, do ex-Governador Aureliano Chaves, de que a estatização no Brasil não se realizou em função de um projeto ideológico, mas em resposta a condições de natureza prática. O homem é o único organismo na natureza que é dotado de inteligência. E a inteligência é a capacidade que o homem tem de mudar quando mudam as circunstâncias que o cercam. Portanto, precisamos estar sempre de olho na história, como único juiz, para avaliar a correção e a exatidão do nosso comportamento, principalmente na área pública, quando as nossas ações têm uma influência muito grande na vida da sociedade, na vida de milhões de pessoas. Por que a Vale do Rio Doce, hoje, pode e deve ser privatizada? Ela pode e deve ser privatizada porque não é necessária a presença do Estado na sua gestão, na formação do seu capital, pelo contrário, o Estado é um grave empecilho à expansão das atividades da Vale. A Vale do Rio Doce precisa crescer muito para explorar os imensos jazimentos que ela tem detectado no seu programa de pesquisa. No entanto, ela não pode aumentar o seu capital, porque o Estado não pode comparecer, a União está proibida de subscrever capital adicional na Vale.

De sorte que ela tem de se contentar apenas e exclusivamente com o reinvestimento de seus lucros para fazer face ao seu programa de investimento.

Ora, a Vale do Rio Doce é uma empresa de baixa lucratividade.

Quem tem interesse em conhecer os números da realidade deve saber que, de 1990 até 1996, o lucro médio da Vale foi de US\$346.000.000,00. Houve ano, como 1990, em que esse lucro não passou de US\$106.000.000,00. Tudo isso para um patrimônio líquido de US\$10.000.000,00, ou seja, um retorno de menos de 4% sobre o patrimônio líquido, sobre o capital investido.

Ora, esse lucro tão baixo, além de não remunerar os acionistas, também limita e restringe a capacidade da Vale de dar prosseguimento às pesquisas minerais.

Tanto é verdade que, na década de 90, o gasto médio anual com pesquisa mineral da Vale foi da ordem de US\$35.000.000,00, uma quantia absolutamente inadequada para o desenvolvimento de todas as jazidas que estão sendo detectadas.

Com a privatização, temos um programa de risco entre o BNDES e a futura Vale do Rio Doce, no valor de US\$400.000.000,00, para serem gastos em cinco anos. Passaremos de um gasto anual de US\$34.000.000,00 para um gasto anual de US\$80.000.000,00. Aí, sim, os recursos que estão jazendo no interior do nosso subsolo, sem utilidade para o povo brasileiro e para a economia, estarão sendo trazidos ao mercado. Criarão emprego e riqueza para o conjunto da sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, do ponto de vista de Minas Gerais, a Vale do Rio Doce realizou obras de infra-estrutura em Minas, como realizou no Pará, não por ser uma empresa estatal, mas por ser uma empresa de mineração, e isso faz parte da lógica das empresas de mineração que, na prática, são mais empresas de logística do que propriamente empresas de mineração. Ela faria isso como empresa privada, assim como faria como empresa pública.

Além disso, os benefícios sociais deixados pela Vale em Minas Gerais são, na verdade, nulos, inexistentes, porque não há região mais pobre em Minas, hoje, depois do vale do Jequitinhonha, do que o vale do rio Doce. Quem conhece o vale do rio Doce sabe o que a Vale deixou lá: a Vale não deixou absolutamente nada! Pelo contrário, usou os lucros auferidos na exploração mineral em Minas para investir no Espírito Santo, para investir no Rio de Janeiro, com a fábrica de alumínio, para investir no

Pará e para investir no Maranhão.

Fora da área de mineração, poucas iniciativas foram contempladas em Minas Gerais. Foi contemplada apenas uma delas: a celulose da CENIBRA.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores debatedores, se não há necessidade de o Estado brasileiro manter o controle da Vale para exercer a sua soberania - porque a soberania se exerce por meio da obediência às leis do País, do respeito às instituições e aos tribunais, ao que a nova Vale terá de atender, como o fazem todas as empresas internacionais aqui sediadas -, o País não deve continuar com esse investimento, que é totalmente prejudicial.

Pois bem, vejamos: a União detém 51% do capital da Vale, que é de R\$10.000.000.000,00; recebeu de dividendos, em média, nos últimos sete anos, apenas R\$40.000.000,00, ou seja, menos de 1% da parte do Estado que ali está investida.

Essa mesma União paga, de juros reais, para rolar uma dívida que não foi constituída neste Governo - foi constituída basicamente nos governos militares -, 15%. Ao vender a Vale, estamos trocando uma remuneração de 1% por um gasto de 15%. Por outro lado, parte desses recursos vai constituir um fundo de financiamento de infra-estrutura, desde que tocado pela iniciativa privada, para que possamos prosseguir no programa de concessão de rodovias, de ferrovias e de serviços públicos de toda a natureza.

A soberania de um povo, Sr. Presidente, senhores debatedores, manifesta-se no nível de vida de seu povo. A cidadania se exprime na forma de educação, de saúde, de habitação decente e de emprego para a população. Todo o patrimônio da União deve ser vendido para que o Estado possa dedicar-se exclusiva e preponderantemente à consecução desses objetivos. Esse é o dever dos políticos que estão hoje com a responsabilidade de deliberar e decidir neste País.

Não vou me apegar a sentimentos do passado para negar o futuro. Os sentimentos do passado vão me ensinar apenas a encarar cada etapa da história como uma etapa diferente, que exige uma coragem diferente, uma audácia diferente e uma criatividade diferente. Agir como Demerval Pimenta, como Israel Pinheiro e como Artur Bernardes, hoje, é privatizar a Vale, é privatizar as siderúrgicas e canalizar esses recursos para a promoção do povo brasileiro.

O Sr. Presidente - A Presidência vai passar a palavra ao Dr. Aloísio Garcia, Presidente do Instituto Liberal, que também disporá de 10 minutos para o seu pronunciamento. No entanto, infelizmente tenho que comunicar ao Plenário e aos presentes que o Sr. Presidente do BNDES tem que se retirar, uma vez que houve atraso em nossa reunião e ele tem compromisso fora do nosso Estado. Peço a compreensão de todos, mas o debate vai continuar com os demais presentes até as 13 horas; se necessário, nós o prorrogaremos.

Sr. Aloísio Garcia, esta Presidência vai solicitar a V. Exa. permissão para que, durante 2 minutos, a Senadora Júnia Marise faça um questionamento.

A Senadora Júnia Marise - Sr. Presidente, o Presidente do BNDES não está me dando a oportunidade de fazer a tréplica que V. Exa. havia prometido. Eu estava aqui querendo encaminhar a ele a tréplica da resposta que ele nos deu, em primeiro lugar, fazendo a seguinte indagação: por que o Governo não permite que o Senado Federal examine todas as peças relativas ao edital de privatização? Por que o Governo não quer a transparência e não quer se submeter à análise e à fiscalização de todos os procedimentos, de todas as práticas e de todos os relatórios provenientes da consultoria Merrill Lynch, que deram origem ao edital de privatização da Vale do Rio Doce? É exatamente isso que estamos questionando.

Falou-se aqui nos deveres e nas obrigações de todos nós, que representamos o nosso povo. Nossa obrigação é fiscalizar o Governo, hoje, através de seus aliados no Senado Federal, apesar de termos vozes no Congresso, até mesmo no partido do Presidente da República, de Deputados e Senadores que consideram que os processos relacionados com a privatização da Vale do Rio Doce não estão corretos nem embasados na lisura e na ética do procedimento administrativo. Portanto, achamos que é hora de o Governo agir com transparência junto à sociedade, debater com ela e não impedir, como está fazendo hoje, que o Senado aprecie esses processos. Esta é a pergunta que eu queria fazer ao eminente Presidente do BNDES, que, lamentavelmente, não está querendo ficar até o final de nossos debates.

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Com a palavra, o Dr. Aloísio Garcia.
Palavras do Sr. Aloísio Garcia

Sr. Presidente em exercício, Deputado Cleuber Carneiro; ilustres debatedores, os quais me permito saudar na pessoa de Dom Luciano Mendes de Almeida, que nos honra com sua presença equilibrada e ponderada; Srs. Deputados Estaduais; senhores convidados, minhas senhoras e meus senhores. o estudo liberal é voltado para o mundo das idéias da doutrina, e a proposta essencial é rever o papel e o tamanho do Estado. Entendemos que são três as atividades fundamentais do Estado moderno. A soberania nacional, a defesa da moeda e a autonomia do Poder Judiciário. Em segunda instância, com a mesma responsabilidade, cabe também a ele a saúde, a educação e a infra-estrutura. Não entendemos o Estado como empresário por uma série de razões que vamos arrolar. A

primeira delas é que ele extrapola os limites inicialmente dados ao Estado de alavancar o desenvolvimento, como é o caso de 1952, com o nascimento da Vale do Rio Doce.

Há dias eu vi um manifestante - e na minha época de estudante eu o era também - gritando contra as multinacionais. Mas muita gente se esquece de que na França a Vale do Rio Doce é tida como multinacional. Por quê? Porque, extrapolando a exploração de nosso minério, ela comprou a Seares, que é a maior produtora de manganês do mundo, comprou a Ferro-Liga do Brasil arrendou por 40 anos dois terminais em Los Angeles. Então, ela é uma multinacional. Ela cuida do alumínio, do manganês, do ouro, e, enfim, há uma extrapolação. Quer dizer: aquelas atividades primordiais de uma determinada região de um determinado objetivo foram extrapoladas. E também porque o Governo não tem mecanismos, instrumentos nem vontade política de controlar suas estatais. Então, eu pergunto sobre Minas e a Vale do Rio Doce. Vou fazer uma comparação da Vale do Rio Doce com a FIAT. A Vale e a FIAT faturaram cerca de U\$6.000.000.000,00 Estão no mesmo patamar, ambas têm de 15 mil a 16 mil funcionários, mas em 1996 a FIAT deixou nos cofres de Minas U\$400.000.000,00 em CBS, e a Vale, nos nove Estados do Brasil, deixou apenas U\$127.000.000,00, dos quais U\$77.000.000,00 em Minas. Isso não é justo. Não estamos contestando a eficiência ou a produtividade da Vale, mas a quem se destina essa competência? Destina-se ao excessivo corporativismo que está arraigado no cerne de quase todas as nossas estatais. O cidadão comum que se aposenta sofre as penúrias da aposentadoria de um salário mínimo. Os funcionários das estatais e da Vale, ao contrário, possuem um patrimônio, os chamados fundos de pensão das estatais, de mais de R\$70.000.000.000,00. Para os senhores terem uma idéia, o que a Vale do Rio Doce dá ao seus acionistas, que são os nossos convidados manifestantes e que somos nós, a Nação brasileira? De 1991 a 1995, a Vale pagou de dividendos ao Governo, ou seja, ao povo brasileiro, apenas R\$250.000.000,00. Mas aos seus funcionários e ao seu fundo de pensão ela pagou R\$261.000.000,00, para assegurar as aposentadorias móveis vitalícias e os benefícios de saúde. Então, a riqueza da Vale é um acinte aos excluídos da sociedade brasileira e desse modelo intervencionista. Ela agride aqueles que não têm o plano de saúde da Valia, que é aceito em todos os hospitais do Brasil. Então, queremos que essa riqueza e essa eficiência não sejam mais postas à disposição apenas de um corpo funcional, mas sim de toda a Nação brasileira.

Alguns números também são irrefutáveis, porque vêm de relatórios públicos. Desde 1952, nós, brasileiros, colocamos na Vale do Rio Doce R\$1.161.000.000,00 e recebemos, em 51 anos, R\$1.207.000.000,00. Ou seja, são R\$23.000.000,00 por ano. Quem deixaria sua poupança com um rendimento tão pequeno? Enquanto o País carece de escolas, de saúde, de aposentadorias justas e de infra-estrutura, a pobreza brasileira está a reclamar que o resultado da produtividade e da eficiência da Vale seja colocado à disposição de toda a Nação brasileira e não de um corpo funcional. O patrimônio do fundo de pensão da Vale do Rio Doce, assinado por eles, vale mais de R\$9.000.000.000,00. Isso é quase o preço da Vale.

Há algumas questões sobre as quais temos que refletir melhor. Por exemplo, quando se diz que a Vale tem reservas de minério de ferro para 400 anos e isso vale não sei quantos milhões, não podemos confundir o insumo que é o minério com uma riqueza. O insumo para ser transformado em riqueza depende de tecnologia, de logística, de transportes, de capital e de mercado. O Governo, através das estatais, não pode correr os riscos de mercado. Por quê? Porque o alumínio, por exemplo, caiu de preço há alguns anos, dando prejuízo à ALBRAS, à ALUNORTE e ao povo brasileiro. Ele estava em R\$1.900,00 a tonelada e caiu para R\$1.500,00. O Governo não foi feito para sofrer a concorrência internacional de altas e baixas nos preços dos minérios. O Governo foi feito para oferecer saúde, educação, segurança e infra-estrutura básica. Isso precisa ser dito à sociedade brasileira.

Lembramos o seguinte: será que daqui a 400 anos o minério de ferro terá a utilidade e o valor com os quais ele é reconhecido hoje? Está aí o exemplo do Chile, onde 40% da economia gira em torno do seu metal, cobre, que tinha, como grande utilidade, os cabos de telecomunicações. Surgiu, então, a fibra ótica e o Chile e a sua economia estão em cheque. Por quê? Porque a fibra ótica é muito mais rápida e eficiente nas transmissões das telecomunicações. É assim que caminha a humanidade. Nós não podemos garantir que hoje um insumo será uma riqueza amanhã. Isso dependerá de uma série de circunstâncias.

Então, acredito que a missão do Governo não comporta o Governo empresário e não comporta que as estatais sejam mal direcionadas e cresçam mais do que os seus objetivos iniciais.

Com a descontinuidade, elas estiveram sujeitas a mudanças de prioridades, de estratégias e de objetivos. Queremos, então, que o Estado se concentre nas suas funções básicas.

Essa é a nossa doutrina e, por isso, defendemos a privatização da Vale, mas com algumas ressalvas, meus senhores. A primeira delas diz respeito à democratização da

privatização.

A Inglaterra, nos anos 80, privatizou quase tudo, mas 25% do povo inglês teve acesso à privatização dessas estatais por meio de financiamentos. Hoje, mais de 15 milhões de ingleses são acionistas dessas grandes empresas, em todos os setores. No Brasil ainda não houve essa democratização. Esse é o primeiro ponto.

O segundo diz respeito à destinação dos recursos da Vale. Achemos que colocar esses recursos no bolo da dívida pública do País é uma gota d'água no oceano. Achemos que o produto dessa privatização deve ser um instrumento de desenvolvimento social. Deve ser canalizado para ações objetivas e de infra-estrutura, criando condições para que o País possa crescer, desenvolver-se e cumprir o seu papel de atender às demandas da população.

Eram essas as nossas palavras. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A nossa reunião fica enriquecida com a presença de Dom Luciano, e, apesar de ele não constar na lista dos oradores, gostaria de colocar a palavra também à sua disposição, para que possa colaborar com o nosso debate.

Palavras de Dom Luciano Mendes de Almeida

Prezados membros da Mesa, debatedores, meus amigos, minha palavra é muito simples, tanto mais porque devo respeitar o mais possível o término desta reunião.

Queria fazer algumas ponderações e, aliás, creio que muitos as fazem. Em primeiro lugar, acredito que discutir sobre o modelo do Estado, sobre o tamanho do Estado, não cabe ao Executivo. O Executivo deve cumprir aquilo que o Legislativo propõe. E o Legislativo deve ser capaz de captar, nas suas antenas parabólicas, a participação do povo; aquilo que ele oferece como reflexão.

Uma questão tão grande e tão vital como a do Estado, hoje, o que ele significa frente à sociedade, não pode ser forçada em medidas desse tipo.

Respeito a posição, aqui ouvida, do Instituto Liberal, mas posso ter outra. Creio que o neoliberalismo não é dogma para a nossa geração. Ele pode ser mais discutido e aprimorado. Não devemos embarcar, sem mar, nessas teses, antes de elas serem verdadeiramente a opção do povo brasileiro.

Em segundo lugar, é importante perceber que, num regime democrático, quando se trata de dispor de algo maior para o povo, deve se buscar um consenso, porque, senão, vamos partir para o autoritarismo. É como se um pai, numa família, decidisse vender a sua família, sem consultá-la. Isso não pode ser, porque a família é uma realidade.

O que estamos vendo em Minas Gerais é um indicativo. Se o povo que aqui compareceu e nós todos, que aqui estamos, temos posições diferentes, vamos esperar, vamos conversar mais, vamos discutir, vamos ponderar. Se é tão importante, não é urgente. Então, devemos fazer isso com moderação.

Estou de acordo quando qualquer um que tem família venda o seu carro quando a criança adoce, mas, se a criança está passando bem, por que vai vender o carro? Então é importante entender, nesse momento, que está havendo, pelo menos, uma dificuldade nossa de compreender o que está acontecendo. Nós estamos informados, mas imaginem o povo: quando acordar, não tem mais a Vale "Como era verde o meu vale...", lembram-se?

Nesse sentido, é importante perceber que está havendo uma aceleração na decisão política que não acompanha a assimilação do povo. Isso é uma disfunção, é um problema de medicina política. Alguma coisa não está funcionando aí. Tanto é verdade, que aqui há pessoas de extrema boa vontade e que não estão de acordo com a medida. Isso reflete um pouco o que acontece no Brasil.

Terceiro aspecto, também muito importante: quando se diz que o Estado deve investir em educação, quem de nós coloca isso em dúvida? Quando se diz que o Estado tem que investir em saúde, e quanto mais melhor, ninguém duvida, mas quando se diz que isso tem que ser a preço da Vale, pergunto: e a capacitação técnica, o aprimoramento da engenharia e a pesquisa que já estão aí? Eles vão ser professores, faxineiros, enfermeiros, ou o quê? Já está montada a estrutura. Não se trata de investir em capacitação, mas de estimular aqueles que já estão nessa área, e com enorme mérito.

Vejam, é diferente o Estado na Suíça, em Lichtenstein, do Estado no Brasil, que tem o potencial de mineração, de exploração, de pesquisa. Como disse nosso caríssimo Brigadeiro, é muito importante perceber que temos também uma função estratégica, pois as idéias que temos, os valores que defendemos têm que ser também sustentados, fundamentados na experiência no campo científico e no campo econômico, que nos vem da Vale.

Gostaria, ainda, de fazer algumas ponderações extremamente simples, mas que servem de argumentações. Em primeiro lugar, estamos de acordo em que uma estatal pode sempre melhorar, e por que não? O que é necessário é ter assessorias, participação popular e comissões de acompanhamento. Se houver algum exagero, vamos cortar, mas isso deve acontecer em qualquer situação empresarial. Não é privilégio da privatização funcionar bem. É dever de qualquer empresa, estatal ou não, estar a serviço do povo.

Quando se diz, por outro lado, que houve um certo bem-estar que resultou nas aposentadorias, permito-me, com humildade, perguntar: qual a empresa privatizada que

não tem benfeitorias até familiares? E ninguém se opõe a isso. Acham a coisa mais natural que uma família enriqueça e acumule capital.

Parece-me, portanto, que não é honesto, numa discussão, esquecer sempre o outro lado da questão.

Um outro aspecto é o seguinte: quando se diz que a Vale rendeu pouco para o País - e isso está em vários trabalhos por aí -, acho mais importante perceber o que ela preparou para o futuro do País.

Se um pai tem uma casa e faz um banheiro a mais, faz benfeitorias, é claro que esse dinheiro não saiu da mesada dos filhos nem da alimentação do mês, mas do potencial de desenvolvimento.

Creio, por isso, que não é ético dizer que a Vale rendeu pouco e medir o rendimento pelo hoje. É preciso ver que potencial de desenvolvimento ela criou para o País, e isso não está sendo corretamente aferido, o que pode até criar um equívoco de compreensão. A Vale investiu para o futuro do País, e isso temos que reconhecer e calcular melhor.

Quando se diz que, em 1996, o rendimento da Vale superou R\$632.000.000,00, quer-se dizer que, em 4 anos, a Vale pode comprar ela mesma, pois é esse o preço que se está pedindo.

Não sou técnico, não sou político, mas sou brasileiro de coração e penso que devemos usar nossa força de fé para entender o compromisso que temos para com o povo.

A questão é a seguinte: se, neste momento, se faz a privatização, pelo menos uma coisa temos que perceber eticamente - a aceleração que está sendo imposta ao processo, vou dizer uma palavra forte, é por medo do povo.

Esclarecimentos Sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos presentes que esta reunião se encerrará às 13h15min. Antes, informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos senhores conferencistas. As questões deverão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos e dispensem as formalidades de saudações pessoais. Determinaremos o prazo de 2 minutos para as pessoas que quiserem fazer as suas perguntas por meio do microfone.

Debates

O Sr. Presidente - Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Raul Lima Neto, que disporá de 2 minutos.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores congressistas, quero, de antemão, dizer a V. Exa. que aliei-me ao Deputado Alberto Pinto Coelho, quando apoiei um movimento nesta Casa contra a privatização da Vale, mas não sem antes dizer a ele que o fazia na circunstância do momento, porque vejo que não temos ainda, sem dúvida, a condição de administrar bem as empresas que exploram o subsolo do nosso País.

Digo não temos condição, porque, antes, necessária seria uma reforma tributária. Vejam bem, meus senhores, que é quase uma convenção internacional que o subsolo pertence ao povo. Pertence ao povo do País, pertence à Nação.

Em qualquer país do Primeiro Mundo, quem quiser explorar o subsolo pode fazê-lo, desde que deixe nos cofres públicos cifras que vão até 75%. Se quisermos explorar petróleo em qualquer país, como nos Estados Unidos assim ocorre, e vejam bem que no Brasil não se recolhem esses impostos.

A própria Vale do Rio Doce, meus senhores e minhas senhoras, pagou mais ou menos R\$105.000.000,00 de imposto à União, quando teve um lucro de aproximadamente R\$650.000.000,00 líquidos. Isso implica que a Vale pagou menos de 15% sobre o líquido, e menos de 5%, talvez, sobre o bruto. Nenhum microempresário no Brasil tem tanta regalia.

Pelo que sei, no momento, antes de uma reforma tributária, não temos condição de encarar esse progresso necessário a toda a nação que quer vencer, ou seja, o Estado deve cuidar dos seus deveres e não ser empresário. Mas, no momento, as empresas que exploram o subsolo, como a MBR e tantas outras, recolhem impostos tão vis que não queremos que a Vale seja mais uma.

Esperamos que este debate traga, no mínimo, a consciência para que tenhamos uma reforma tributária séria e, aí sim, o Governo deve, se quiser entrar na nova era, porque estamos no limiar do século XXI, privatizar a toque de caixa qualquer empresa estatal e cuidar do seu dever que é fiscalizar, gerar segurança, educação, saúde e progresso. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - A Presidência informa ao Plenário que vai alternar uma pergunta feita por meio dos microfones e outra feita por escrito. A próxima pergunta feita pela Confederação das Mulheres do Brasil e a Federação Mineira de Mulheres, assinada por D. Marta Maria de Lima Alexandre, é dirigida à Senadora Júnia Marise.

O Sr. Presidente - Primeiramente, faz uma exposição, dizendo que o Banco Merrill Lynch, que montou o modelo de venda e subavaliou o preço, é sócio da Anglo-American,

"trust" americano, com participação inglesa e canadense. Em seguida, pergunta se a Senadora não entende que, por esse fato, o edital deverá ser anulado.

A Senadora Júnia Marise - Entre essas citações sobre a consultora Merrill Lynch, existem outros questionamentos que têm sido feitos a respeito do edital de privatização da Vale do Rio Doce. Entre outros pontos, temos aquele que se refere à usina de urânio, que a Constituição define e preserva como de propriedade do Estado. Por isso mesmo, entendemos que o questionamento feito a respeito desse edital se refere a uma série de vícios e incorreções. Sobre o problema da Merrill Lynch, até agora o Governo não deu resposta à sociedade nem ao Congresso Nacional, nem justificou a presença dessa empresa. A Merrill Lynch foi a consultora escolhida pelo Governo para elaborar o edital de privatização e, hoje, está sob suspeita da sociedade brasileira.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Gil Pereira, que disporá, também, de 2 minutos para sua intervenção.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores palestritas. Primeiramente, sou contra a privatização de imediato, porque acho que o processo está muito rápido. O brilhante Deputado Roberto Brant colocou suas idéias, mas discordamos dessa pressa em privatizar. Parece que é tudo em função da eleição de 1998.

Em segundo lugar, quero fazer uma pergunta ao Deputado Roberto Brant. Ele diz que o País não tem condições de investir na Vale do Rio Doce, pois estaria proibido pela Constituição. Mas como se consegue fabricar US\$40.000.000,00 para colocar nos Bancos privados? Como é que arranjam dinheiro para os Bancos, mas não conseguem dinheiro para investir na área de tecnologia da Vale do Rio Doce? Esta é a pergunta que gostaria que o ilustre Deputado Roberto Brant respondesse.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Roberto Brant.

O Deputado Federal Roberto Brant - Meu caro Deputado, não sou Ministro do Governo nem dirigente do Banco Central. Sou apenas um membro do parlamento, um membro do partido do Presidente da República. Assim, não teria competência profissional nem a competência de responder a uma indagação dessa natureza, que diz respeito a outra questão da atuação do Governo Federal. No entanto, fá-lo-ei na condição de cidadão.

Os recursos aplicados pelo Governo no sistema bancário, para evitar seu colapso, não são recursos públicos, mas recursos da reserva monetária, provenientes dos depósitos compulsórios que o sistema bancário mantém no Banco Central. Em segundo lugar, esses recursos não foram emprestados a fundo perdido. Foram emprestados não aos banqueiros que faliram, mas a grupos empresariais que assumiram os Bancos falidos e que deram, em garantia desses empréstimos, títulos governamentais. Portanto, esses empréstimos serão integralmente pagos. E, se não o forem, a União se apoderará desses títulos emitidos por ela mesma. Em terceiro lugar, o total de recursos aplicados no PROER, até o momento, não ultrapassa R\$12.000.000.000,00. Em quarto lugar, o único recurso que poderia ser considerado de natureza social e pública seria a diferença entre as taxas de juros pagas pelo Banco Central e as taxas de juros desses empréstimos.

Há uma diferença. Pelas estimativas mais pessimistas, o custo do PROER hoje seria em torno de R\$1.000.000.000,00.

Quero apenas registrar que outros países que fizeram programas drásticos de estabilização econômica, alguns na América Latina, como a Argentina, o México e a Venezuela, tiveram uma perda de 15,20%, em termos de renda de produto interno bruto, em termos de renda nacional. O PROER foi um programa de natureza preventiva, que evitou o colapso do sistema financeiro, cujas conseqüências seriam difíceis de serem previstas, mas que certamente ocasionariam o empobrecimento do País, com reflexos graves e danosos para as populações mais pobres.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que as perguntas dirigidas ao Presidente do BNDES, Dr. Luís Carlos, e ao Presidente da FIEMG, Dr. Salej, serão encaminhadas para serem respondidas em momento oportuno, uma vez que tiveram que se ausentar desse recinto.

Aquí está uma pergunta feita pelo Vereador Benedito Gomes dos Reis, da Câmara Municipal de Timóteo, e dirigida ao Deputado João Fassarella. É a seguinte: O Governo afirma que a privatização da Vale vai gerar mais empregos e mais investimentos. Como o senhor vê essa avaliação, após a privatização de 45 estatais, desde 1991, e o crescente desemprego imposto pela política econômica?

O Deputado Federal João Fassarella - A fala governamental de que com a venda da Vale do Rio Doce seriam aumentados os investimentos e, portanto, a geração de empregos, não tem qualquer fundamento do ponto de vista da realidade, nem se levarmos em conta o balanço das privatizações feitas no País. Na melhor das hipóteses, utilizando até sem questionar a fala do próprio Kandir, a privatização da Vale renderia R\$3.000.000.000,00. Desses, R\$1.500.000.000,00 seriam utilizados para pagamento de dívidas. Restaria a metade para ser transformado em um fundo e emprestado a empresas privadas para investimentos. Essa quantia a ser aplicada em investimentos seria muito menos do que a própria Vale conseguiria fazer em três ou quatro anos. Esses investimentos poderiam ser feitos até de forma pulverizada, de forma fragmentada, nos

Estados, não podendo também ser aplicados em obras públicas, como determina a própria medida provisória que modificou as condições de privatização da Vale do Rio Doce. Em que as privatizações passadas ajudaram em termos de geração de empregos? Em nada. Não temos garantia nenhuma de que esse dinheiro vá gerar novos empregos, de que não vá escoar via precatórios, via PROER, via socorro ao sistema financeiro privado.

Não há garantia nenhuma de que, com a privatização da Vale do Rio Doce, haverá, de fato, geração de empregos no País.

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida à Senadora Júnia Marise pelo Sr. Marcos da Luz, da Coordenadoria de Imprensa do Município de Coronel Fabriciano. No entanto, entendo que ela já deu essa resposta em outro momento, quando falou sobre a Anglo-América.

Com a palavra, a Senadora Júnia Marise.

A Senadora Júnia Marise - Gostaria de responder ao Sr. Marcos da Luz, da Coordenadoria de Imprensa do Município de Coronel Fabriciano, e acrescentar algumas informações importantes no que diz respeito à questão do edital de privatização da Vale do Rio Doce. Os partidos de oposição estão propondo a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito no Congresso Nacional para examinar todos os procedimentos e todas as práticas adotadas na questão da privatização da Vale do Rio Doce. Essa proposta ainda está no Senado Federal, onde estamos coletando assinaturas. Faltam quatro para completarmos o número mínimo exigido. Parece-me que na Câmara dos Deputados esse número já foi atingido.

Com relação à participação da Anglo-América no leilão da Vale, é um processo que está suscitando grande apreensão em toda opinião pública, com informações divulgadas pela própria imprensa. Realmente, a Merrill Lynch está sob suspeita nacional, e foi ela a empresa consultora que elaborou o edital de privatização.

Finalmente, gostaria de acrescentar que corremos o risco de cartelização. Isso está muito flagrante no próprio edital de privatização da Vale. Corremos o risco de cartelização com a venda da Vale do Rio Doce. E não há, na moldagem do edital de privatização, nenhum procedimento, nenhuma normatização que possa impedir essa cartelização no futuro da Vale. É um risco muito grande que o Brasil corre tendo essas empresas internacionais na participação do capital nacional.

O Sr. Presidente - A pergunta seguinte é do Sr. Luiz Bernardo Menezes, um trabalhador, dirigida ao Brigadeiro Ivan Frota: "É justo o preço da Vale estipulado no seu valor mínimo? Não há várias avaliações a serem feitas?".

O Brigadeiro Ivan Frota - Companheiro Luiz Bernardo Menezes, essa questão do preço, do custo dessa empresa, do que ela poderá render nessa eventual venda do seu controle acionário, é muito controversa. O processo de fluxo de caixa escolhido pelo BNDES ou pela empresa encarregada de fazer a avaliação não aborda todos os aspectos da questão, como o próprio potencial da Companhia Vale do Rio Doce, do minério de ferro que ainda temos, 38.000.000t. No ritmo de produção que temos agora, isso poderá durar 420 anos. Isso sem entrarmos no problema, por exemplo, da produção de ouro, que cresce em proporção exponencial. Nos últimos dias, houve indícios muito favorecedores da descoberta de novas jazidas de ouro. Esse é um outro aspecto. Em suma, todo o potencial de minério, bauxita, cassiterita, nióbio, urânio e tório. É preciso que se faça a pergunta: existem minérios radioativos nas áreas já concedidas à Vale? Essa pergunta precisa ser respondida antes que entreguemos essa empresa para estrangeiros ou para a iniciativa privada. As respostas podem ser várias: existem sim; já foi comprovado. A outra resposta pode ser a seguinte: existem pequenos indícios, que ainda faltam ser comprovados, mas não se sabe se serão economicamente viáveis.

Ora, se existem pequenos indícios desses minérios, teremos de cumprir a Constituição. Não podemos correr o risco de vender o controle acionário da Vale do Rio Doce de forma inconstitucional. Isso precisa ser resolvido antes. O tório é um minério que poderá gerar combustível nuclear, e o temos em abundância em nosso território.

Se partirmos para os projetos que estão aí e eles chegarem ao seu final, com o enriquecimento de tório em proporções bem avançadas, por exemplo, da ordem de 50% - 3% é o que se consegue com centrífugas -, só ele poderia fornecer energia nuclear para o Brasil.

Assim, fica aqui a minha resposta para Luiz Bernardo Menezes, sobre qual é o preço da Vale. Gostaria que alguém pudesse dizer isso.

O Sr. Presidente - Temos ainda 3 minutos para o encerramento da reunião. Vamos passar a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, pedindo que seja sucinto. Temos ainda uma pergunta dirigida ao nosso ex-Governador e ex-Vice-Presidente, Dr. Aureliano Chaves.

Com a palavra, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Sr. Presidente da Mesa, companheiros e companheiras, o que se fez aqui hoje, no debate que assistimos e do qual participamos, nesta Assembléia, com certamente os maiores entendidos no assunto Vale do Rio Doce, é a prova mais contundente de que não está na hora de discutir e colocar à venda esse patrimônio nacional.

O que se fez neste Plenário, nesta Casa, foi, em grande parte, um jogo de sofismas, argumentando-se com a preocupação com o povo, com a educação, com a saúde, com as questões sociais mais pungentes, para justificar a venda da Vale do Rio Doce.

Ora, a tese não é compatível com os argumentos estabelecidos. A relação é apenas sofismática. Os mesmos raciocínios, os mesmos argumentos poderiam ser usados também para dizer que a Vale não pode ser vendida. Não houve um só argumento, por parte do Governo Federal, que justificasse a venda da Vale do Rio Doce. Quero aproveitar a oportunidade para colocar aqui para vocês alguns argumentos utilizados, com a permissão do Presidente da Assembléia Legislativa. O primeiro: o de que há privilégios no setor público. Existem sim. Mas não justificam a venda da Vale. Nós temos é que combater os privilégios do setor público e não vender a Vale do Rio Doce. Tem mais ainda. O Brasil endividou-se muito na época dos militares. É outro argumento. Mas, agora, para sustentar o Plano Real endividou-se muito mais, irresponsavelmente.

Não se justifica a venda da Vale.

E tem mais: na verdade, o dinheiro não é suficiente para cobrir os enormes rombos deste País; é apenas um enfraquecimento estratégico do Brasil. Vender a Vale é vender a soberania nacional; é enfraquecer ainda mais este País, que precisa de soberania para construir a nacionalidade.

Ainda tem mais: houve aqui um argumento de que foi feita uma discussão em nível (...) E vou falar nisso e em muitos outros aspectos, que terei a oportunidade de colocar posteriormente, a partir deste local. Argumentou-se aqui que o Senador Dutra e a Senadora Júnia Marise fizeram essa discussão no Senado Federal, lugar importante do cenário nacional. Mas quero dizer que, em nenhum momento, os argumentos do Senador Dutra, da Senadora Júnia Marise ou daqueles que se opõem à lógica da venda da Vale foram levados em consideração. Assim, não podemos admitir que o Senado Federal ou esta Assembléia Legislativa possam servir de legitimação da venda da Vale.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que a presença do Governo nesta Assembléia Legislativa de Minas Gerais, agora, não pode ser mais um argumento para legitimar a venda da Vale do Rio Doce, porque aqui, neste Plenário, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, mais de 60 Deputados estão dizendo que não se deve vender a Vale do Rio Doce.

O Sr. Presidente - A Presidência vai passar a palavra ao nosso ex-Governador, Sr. Aureliano Chaves, para que ele possa responder a duas questões. A primeira do Sr. Edson Evaristo, telespectador do Canal 40, que pergunta se, no caso da privatização da Vale, o Brasil não correria o risco de o processo de decisão ir para o exterior. A segunda pergunta, também dirigida a ele, é de Ciro Verçosa, que faz a seguinte alegação: O Presidente do BNDES disse, aqui, que a dívida interna foi feita pelos Governos militares. O senhor, que foi Vice-Presidente do Governo Figueiredo, concorda com a acusação? Com a palavra, o Sr. Aureliano Chaves.

O Sr. Aureliano Chaves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, as indagações que me são feitas me induzem a algumas reflexões rápidas. Primeiramente, quero dizer que ninguém resumiu com tanta propriedade e com tanta sabedoria as razões que nos levam a todos a sermos contra o processo de venda da Vale do Rio Doce, como D. Luciano Mendes de Almeida. Poderíamos, de agora em diante, resumir todos os nossos argumentos para continuarmos nos posicionando contra esse processo de venda, com os argumentos aqui expostos por D. Luciano.

Portanto, não precisamos ir muito além para responder à indagação do Dr. Edson Evaristo. Ela está contida ampla e seguramente na palavra de D. Luciano. Apenas me permito complementar, com meus argumentos, que já expressei na tribuna da Casa, dizendo que há necessariamente um equívoco quando se avalia apressadamente a Vale do Rio Doce e se procura extrair os argumentos para justificar a venda de seu controle acionário. Não digo privatização, porque a presença da iniciativa privada já é abundante, com 49% das ações votantes da Vale.

Ocorre que a Vale do Rio Doce vem desenvolvendo um papel extremamente importante, distinto de sua atividade mineral específica.

Por exemplo, o escoamento dos produtos agrícolas resultantes da ampliação das nossas fronteiras agrícolas, através do cerrado brasileiro, cerrado mineiro, goiano e mato-grossense, depende em grande parte desse chamado corredor de exportação oeste-leste, que vai desaguar no litoral do Estado do Espírito Santo.

Esse corredor tinha um gargalo enorme, que era o ramal Costa Lacerda-Belo Horizonte. Esse gargalo era extremamente importante para viabilizar esse corredor de exportação, de grande importância para o desenvolvimento das nossas atividades agrícolas e para a ampliação de nossas atividades industriais.

Pois bem, quem construiu esse ramal? Foi construído com recursos da Vale do Rio Doce. Isso não é investimento importante para a economia do Estado? Se uma empresa privada tivesse o comando da mineração da Vale, nós teríamos esse tipo de investimento? Qual é a empresa privada, atuando no setor mineral, que realizou alguma atividade estranha à sua atividade? Qual é a empresa privada que fez isso? E nós

temos empresas privadas explorando atividade mineral inclusive aqui, no próprio Estado de Minas Gerais.

Então, é preciso não confundir dividendos entregues ao Tesouro Nacional com aqueles dividendos que, por decisão do Tesouro Nacional (...) porque o Tesouro Nacional é que controla acionariamente a Vale do Rio Doce. E o Tesouro Nacional, vale dizer, o Governo Federal, é que especifica qual é a destinação dos dividendos gerados pela Companhia Vale do Rio Doce.

Então a Companhia Vale do Rio Doce não é um ente estranho ao Governo Federal, porque vemos esse argumento por aí. A Vale do Rio Doce é um agente de ação do Governo Federal. Quando por essa ou por aquela razão investimos em A e não investimos em B, quem decide é o Governo Federal. Então esse argumento não é válido.

Em segundo lugar, há um aspecto imponderável, mas fundamental para a vida do País: qual é a empresa que melhor conhece o subsolo amazônico? Qual é a empresa que melhor conhece as peculiaridades do ecossistema amazônico, quando falamos hoje em biodiversidade? Cerca de 80% dos seres vivos do planeta estão nas florestas tropicais. Então esse problema de biodiversidade é de extrema importância. No entanto, qual é a empresa que melhor conhece a biodiversidade brasileira? É a Companhia Vale do Rio Doce. Qual foi a empresa que se transformou na maior produtora de ouro do Brasil, superando, inclusive, as tradicionais multinacionais? Agora, qual é o perfil diante do qual nós estamos? No momento, a Companhia Vale do Rio Doce exporta e, nessa exportação, 48% do faturamento está no setor minério de ferro. Ocorre que o Brasil, que é altamente dependente de cobre, encontrou nas anomalias minerais do corpo alemão, inclusive na área de mineração de Salobro, uma reserva de cobre que pode colocar-nos entre os maiores exportadores de cobre do mundo, talvez no quinto ou no sexto lugar. E tanto isso é verdade que uma empresa multinacional, que é a Anglo-América, se dispôs a fazer uma associação com a Vale do Rio Doce para explorar o cobre de Salobro. Onde está a incapacidade da Vale de alavancar recursos externos? Alavancou, com absoluta tranqüilidade, em função de suas reservas. Agora, o que me estranha é essa história de repetir, como uma ladainha, que o Estado não tem capacidade de investir, que o Estado brasileiro está falido, pois isso gera a idéia de que não é só o Estado brasileiro que está falido e sim a sociedade brasileira porque, numa sociedade democrática, o Estado deve representar a sociedade. A sociedade brasileira está falida? Quando se incute na cuca do povo brasileiro a idéia de que a sociedade está falida, estamos arranjando um tutor para essa massa falida. Estamos subliminarmente acachapando a capacidade de realização de criatividade do povo brasileiro. Isso é perigoso. Não podemos aceitar esse maniqueísmo perigoso da submissão aos interesses nacionais ou pobreza permanente. Esse tipo de argumento não serve ao Brasil. Temos de repudiá-lo firmemente. É claro que ninguém está aconselhando o País a caminhar em direção a uma contestação quixotesca, mas teremos de ter o sentido de nossos valores e o dever de o defender.

Agora gostaria de comentar um dado importante. Fala-se muito em chamar capitais privados para nosso País. O que é a Eletricité de France? É uma empresa estatal francesa muito mais monopolista do que era a PETROBRÁS. A PETROBRÁS não tinha o monopólio da distribuição do petróleo, e a Eletricité de France tinha o monopólio da geração, da transmissão e da distribuição da energia elétrica. Quem assumiu o controle da Light no Rio de Janeiro? Foi uma empresa de capital privado francês, uma empresa estatal monopolista. Então esse argumento peca pela sua raiz. Não estão preocupados em convocar iniciativa privada, mas em vender, e vender de qualquer maneira. Isso efetivamente não atende ao interesse nacional. Temos de reagir com firmeza quanto a essa maneira de pensar e de agir, que está, em última análise, contaminando a administração pública federal.

Assim, gostaria de dizer ao Dr. Verçosa que, com relação a esse problema de dizer que as dívidas foram todas de governos da época da Revolução, não há procedência. É claro que os governos da época da Revolução cometeram pecados. Eu participei deles e não me envergonho disso, assumi as responsabilidades com todos os riscos possíveis, de me insurgir contra a orientação do Governo Federal, do então Presidente Figueiredo, apoiando a candidatura do Sr. Tancredo Neves. Sem a decisão que tomei, a candidatura do Sr. Tancredo Neves não se viabilizaria. Esta é a expressão da verdade, e gostaria que alguém me contestasse a respeito disso. Então, é claro que os Governos da Revolução tiveram seus pecados e suas responsabilidades. Agora, é muito fácil. É só verificar quanto era a dívida pública brasileira à época do Figueiredo, com o qual divergi muitas vezes, os senhores sabem disso, e quanto é a dívida pública atual, ou seja, as dívidas públicas interna e externa. Vamos saber se essas dívidas diminuíram ou cresceram. Então, não procede o argumento de que a responsabilidade central desse endividamento cabe aos Governos da Revolução. Isso não é verdade. Então, a resposta à indagação de Ciro Verçosa está consubstanciada nessas palavras que acabei de proferir.

O Sr. Presidente - A Presidência informa a todos os presentes que temos ainda algumas pessoas inscritas, como é o caso de Júlio Jader Costa, da UNA, e do Deputado

Marcos Helênio, e muitas perguntas feitas por escrito. Elas serão encaminhadas aos expositores para que eles possam respondê-las num momento oportuno. Infelizmente, não há tempo para a continuação das respostas neste momento, uma vez que o tempo já se esgotou. Mas, antes de encerrarmos a reunião, vamos conceder a palavra por 2 minutos ao Deputado Ivo José e, a seguir, ao Deputado Alberto Pinto Coelho, que participaram também da organização e da coordenação deste debate. Com a palavra, o Deputado Ivo José, por 2 minutos.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, convidados, Srs. Deputados, Vereadores e Prefeitos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer e parabenizar a todos que, mesmo com sacrifício, dadas as condições de um debate em plena sexta-feira pela manhã, pois é muito difícil fazer o deslocamento, atenderam ao convite e, entendendo a importância deste debate, vieram à Assembléia.

Em segundo lugar, gostaria de parabenizar os nossos convidados que atenderam também ao nosso convite para trazer até aqui as suas posições. Mas gostaria de parabenizar, de modo especial, os convidados que permaneceram até o final, porque um debate desta importância deve acontecer principalmente com quem hoje tem plenos poderes, ou seja, poderes até acima do Senado, da Câmara dos Deputados e do Congresso, para poder conduzir a privatização, que é o BNDES, cujo representante não está presente até o final do debate, como deveria estar. É assim que eles fazem. O debate do BNDES é deste jeito. Eles vêm, dão o recado, ofendem os presentes, como fizeram aqui desta tribuna, e, depois, vão embora. O Presidente do BNDES, desta tribuna, ofendeu o povo mineiro. Repudiamos, neste momento e nesta oportunidade, o Presidente do BNDES, pela sua postura. Ele poderia estar aqui para responder qual foi o investimento feito pelas privatizações da AÇOMINAS, da USIMINAS e da ACESITA na área social. Qual foi o lucro das privatizações? Ele deveria estar aqui para responder, mas não está.

Gostaria de concluir, Sr. Presidente, tirando uma lição deste debate, que foi muito importante para mim, para todos que se envolveram nele, para quem participou, para quem está aqui e para os companheiros da galeria, que entenderam perfeitamente a razão de continuarmos os debates, mesmo com as suas dificuldades e não podendo se manifestar com as faixas que trouxeram das cidades. Eles compreenderam a importância de continuarmos o debate, e agradeço a todos que colaboraram.

Sr. Presidente, quero dizer que a lição que tiramos deste debate é a seguinte: temos que continuar levando adiante esta discussão e os comitês que estão sendo formados nas cidades, através das Câmaras de Vereadores e das entidades do interior. Temos que participar dos vários eventos que já estão marcados, pois já existem muitos.

Citarei, apenas, três importantes, que gostaria fossem agendados.

No dia 4 de abril, em Vitória, haverá um grande ato contra a privatização da Vale do Rio Doce, e é importante que as nossas Lideranças estejam presentes. No dia 17 de abril, chega a Brasília a marcha dos sem-terras, que estão dando mais um exemplo de luta pela democracia e pela reforma agrária. Assim, convidamos todos os presentes a também comparecerem, para que possamos nos solidarizar com esse ato pela reforma agrária e contra a privatização da Vale do Rio Doce.

Concluindo, no dia 21 de abril - de hoje a 30 dias - estaremos num grande ato nacional em Ouro Preto. Esperamos contar com a presença de todas as Lideranças: Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, entidades da sociedade civil como a CNBB, a OAB, a ABI, o MODECOM, enfim, de todos aqueles que estão hoje imbuídos na defesa da soberania nacional. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Alberto Pinto Coelho, que disporá de 2 minutos.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz; ilustres conferencistas e debatedores; nobres colegas Deputados, público presente nas galerias; representantes da imprensa. Tivemos, na realidade, uma iniciativa que traduziu o desejo desta Casa de proporcionar um debate amplo de um tema tão importante e tão significativo para o nosso País.

Saibam que, se já tinha as minhas convicções de que a privatização da Companhia Vale do Rio Doce contraria os interesses não só de Minas, mas também do Brasil, saio daqui literalmente convencido de que a minha posição é consentânea com o desejo do povo brasileiro.

Nesta oportunidade, trago a palavra do grande homem público, do grande mineiro, o ex-Presidente Itamar Franco, que, convidado, não pôde estar aqui presente. Mas ele me pediu que, publicamente, reafirmasse a sua posição contrária à privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Da mesma forma, sou portador da palavra do ex-Embaixador José Aparecido de Oliveira, grande mineiro e grande homem público, que também se posiciona literalmente contra essa privatização.

Neste momento, gostaria de parabenizar o Poder Legislativo de Minas Gerais, na pessoa do nosso nobre Presidente Deputado Romeu Queiroz, pela lucidez na condução do Poder Legislativo, ao proporcionar essa discussão momentosa, singular e altamente significativa para os interesses do Brasil.

A Assembléia Legislativa e o Poder Legislativo de Minas novamente estão na vanguarda, à frente dos grandes interesses da nossa nação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Esta Presidência agradece aos ilustres conferencistas, expositores, demais autoridades e participantes, bem como ao público em geral, a sua presença.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA APROVADA NA 238ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 1º/4/97

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.057/96, do Governador do Estado.

Em redação final: Projeto de Lei nº 1.047/97, do Governador do Estado.

Obs.: Foram mantidos os vetos às Proposições de Lei nºs 13.267 e 13.275.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 239ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 2/4/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.261, que dispõe sobre a cobrança de multa por infração das normas de trânsito. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.269, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.276, que cria o Programa Estadual de Conservação de Água. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.280, que autoriza o Poder Executivo a doar à Mitra Arquidiocesana de Mariana o imóvel que especifica. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em plenário o Deputado Arnaldo Penna emitiu parecer pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.281, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, do exame para diagnóstico de deficiência de alfa-1-antitripsina e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.282, que institui o Programa Emergencial de Combate ao Analfabetismo. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.284, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1997. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.286, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.289, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 2/4/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/4/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.032/96, do Deputado José Bonifácio.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.880/96, do Deputado Raul Lima Neto.

ORDEM DO DIA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 3/4/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de matérias da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 3/4/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar proposições em fase de redação final.

ORDEM DO DIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 3/4/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Convidados: Sr. Benedito Scaranci Fernandes, Superintendente de Epidemiologia da Secretaria da Saúde; Sra. Aparecida de Faria Grossi, Coordenadora de Hanseníase; Sra. Eclésia Regina Alves dos Santos, Coordenadora de Tuberculose; Sr. George Alves de Almeida, Coordenador de Dengue e Leishmaniose; Sr. Guilherme Riccio, Superintendente da FHEMIG; e Sr. João Carlos Pinto Dias, Coordenador da Fundação Nacional de Saúde em Minas Gerais, que debaterão sobre doenças tropicais.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/4/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Realização de audiência pública para discutir os planos regionais de mineração no Estado e a reativação do Conselho Estadual de Geologia e Mineração, bem como outros assuntos de interesse para o setor mineral.

Convidado: Sr. Evaldo Garzon, Presidente da Associação dos Engenheiros do Estado de Minas Gerais.

ORDEM DO DIA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/4/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.
2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 865/96, da Comissão de Agropecuária e Política Rural; 697/96, da Comissão Especial; 326/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 710/96, do Deputado Marcos Helênio.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 667/96, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.914/96, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.980/97, da Deputada Elbe Brandão; 2.056/97, do Deputado Roberto Amaral.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, § 2º, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 8 horas do dia 2/4/97, destinada ao prosseguimento do Fórum Técnico: Seguridade Social do Servidor Público de Minas Gerais, com a apresentação do relatório final da comissão especial que investiga a situação financeira do IPSEMG.

Palácio da Inconfidência, 1º de abril de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 2/4/97, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 13.261, que dispõe sobre a cobrança de multa por infração das normas de trânsito, 13.269, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado, 13.276, que cria o Programa Estadual de Conservação de Água, 13.280, que autoriza o Poder Executivo a doar à Mitra Arquidiocesana de Mariana o imóvel que especifica, 13.281, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, do exame para diagnóstico de deficiência de alfa-1-antitripsina e dá outras providências, 13.282, que institui o Programa Emergencial de Combate ao Analfabetismo, 13.284, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1997, 13.286, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e 13.289, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 1º de abril de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos do art. 129, parágrafo único, do Regimento Interno, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Júlio, Ermano Batista, Sebastião Costa, Gil Pereira, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Carlos Pimenta, Jorge Hannas, Wilson Pires e Adelmo Carneiro Leão, membros da Comissão de Saúde e Ação Social; Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral, Antônio Roberto, Durval Ângelo, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 3/4/97, às 14h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei nº 1.111/97, do Governador do Estado, que cria o Fundo para a Infância e a Adolescência-FIA.

Sala das Comissões, 26 de março de 1997.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Preparatória da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/97

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Miguel Martini, José Bonifácio, Arnaldo Penna, Elbe Brandão, Sebastião Navarro Vieira, Wilson Pires, Luiz Fernando Faria, Paulo Pettersen, Geraldo da Costa Pereira, Durval Ângelo, Adelmo Carneiro Leão, Ivair Nogueira, Carlos Pimenta e Dinis Pinheiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião preparatória a ser realizada no dia 2 de abril, às 15h15min, no Plenarinho II, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 31 de março de 1997.

Antônio Roberto, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 576/95

Comissão de Defesa do Consumidor

Relatório

O Projeto de Lei nº 576/95, de autoria do Deputado Hely Tarquínio, institui medidas para garantir o tratamento, a reabilitação e a reinserção social da pessoa portadora de transtorno mental e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" em 21/11/95, o projeto em tela foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para receber parecer. A requerimento do Deputado Marcos Helênio, a proposição foi encaminhada também ao exame desta Comissão.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria e apresentou-lhe as Emendas nºs 1 a 4. A Comissão de Saúde e Ação Social deliberou a favor da aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, considerando prejudicadas as emendas propostas pela Comissão de Constituição e Justiça. Cabe-nos, agora, examinar a matéria sob a ótica da defesa do consumidor.

Fundamentação

O disciplinamento jurídico da assistência psiquiátrica se deu, em Minas Gerais, por meio da Lei nº 11.802, de 18/1/95, que definiu os contornos do modelo de atenção ao portador de transtornos mentais. Embora em consonância com as tendências internacionais e com a política do Ministério da Saúde, a lei foi considerada, por alguns segmentos, inadequada à nossa realidade assistencial, bem como às condições socioeconômicas e culturais da população.

O projeto em análise revoga expressamente a mencionada lei e institui bases diversas para a assistência psiquiátrica no Estado. Em linhas gerais, as principais modificações introduzidas pelo projeto consistem em restringir a regulação ao âmbito do SUS, em flexibilizar os controles sobre a internação e o tratamento e em resgatar o papel do hospital psiquiátrico na assistência ao doente.

A matéria foi exaustivamente debatida na Comissão de Saúde e Ação Social, onde foram ouvidos os representantes dos diferentes segmentos envolvidos na questão: técnicos e especialistas, profissionais do setor, proprietários de hospitais psiquiátricos, entidades de classe, associações de usuários dos serviços e de familiares de doentes mentais. A discussão encetada naquela Comissão resultou na apresentação de um substitutivo, acordado entre as partes envolvidas, que em vez de revogar a Lei nº 11.802, de 1995, como pretende o projeto em análise, altera alguns de seus dispositivos, aprimorando-a.

O referido substitutivo tem um duplo mérito: de um lado, preserva o modelo de assistência psiquiátrica contido na lei, o qual, a nosso ver, estabelece uma relação ética e humanitária entre os usuários e os entes prestadores de serviços; de outro, corrige algumas distorções nela contidas, por meio da incorporação de elementos do projeto.

Do ponto de vista da defesa do consumidor, a regulação que o substitutivo apresentado pela Comissão de Saúde e Ação Social pretende instituir para a prestação de serviços psiquiátricos satisfaz plenamente, não merecendo de nossa parte qualquer reparo.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 576/95 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Saúde e Ação Social, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 4, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 1º de abril de 1997.

Geraldo Nascimento, Presidente - Ambrósio Pinto, relator - Antônio Andrade.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.047/96

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.047/96, de autoria do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FUNPREN - e dá outras providências, foi aprovado em turno único, com as Emendas nºs 2 e 3 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 4.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.047/96

Cria o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FUNPREN - e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FUNPREN -, com o objetivo de possibilitar a obtenção e a administração de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de ações visando a combater o uso de drogas, substâncias entorpecentes e afins, especificadas na legislação federal.

Art. 2º - São beneficiários do FUNPREN órgãos ou entidades públicas ou privadas que atuem na área de prevenção, fiscalização e repressão ao uso de entorpecentes e que destinem recursos para:

I - a realização de programas de prevenção do uso de entorpecentes;

II - o desenvolvimento, em conjunto com os diversos segmentos da sociedade, de projetos de formação profissional para tratamento e recuperação de dependentes, bem como para repressão e controle de uso ou tráfico de drogas;

III - o incentivo à formação de grupos de apoio para atendimento aos usuários de drogas e aos seus familiares;

IV - a confecção de textos educativos para divulgação junto a grupos de risco, com informações sobre prevenção e tratamento de uso de entorpecentes.

Art. 3º - São recursos do FUNPREN:

I - as doações, os auxílios e as contribuições que lhe forem destinados;

II - as dotações consignadas no orçamento do Estado e em créditos adicionais;

III - o produto da alienação de bens advindos de condenação por tráfico ilícito de drogas, perdidos, na forma da lei, em favor da União e que venham a ser transferidos ao Fundo;

IV - os resultados de aplicações financeiras das disponibilidades temporárias;

V - outros recursos que possam ser destinados ao Fundo.

Art. 4º - O órgão gestor do Fundo é a Secretaria de Estado da Fazenda, e seu agente financeiro, o Banco do Estado de Minas Gerais S.A. - BEMGE.

§ 1º - As atribuições do órgão gestor e do agente financeiro são as previstas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 4º da Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993, modificado pela Lei Complementar nº 36, de 18 de janeiro de 1995.

§ 2º - Cabe à Secretaria de Estado da Fazenda dispor sobre a aplicação das disponibilidades transitórias de caixa do Fundo e supervisionar o agente financeiro.

§ 3º - O agente financeiro não fará jus a remuneração pelos serviços prestados.

Art. 5º - O FUNPREN, de natureza e individuação contábeis, atuará por meio de liberação de recursos, observadas as seguintes condições:

I - apresentação, pela beneficiária, de projetos ou planos de trabalho referentes aos objetivos previstos no art. 2º desta lei;

II - demonstração da viabilidade técnica dos projetos e planos de trabalho e sua adequação aos objetivos de combate ao uso de drogas, substâncias entorpecentes e afins;

III - enquadramento do projeto ou do plano de trabalho pelo grupo coordenador.

Art. 6º - Integram o grupo coordenador do Fundo:

I - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

III - 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

IV - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

V - 1 (um) representante do BEMGE;

VI - 2 (dois) representantes do Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN-MG - ;

VII - 1 (um) representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

VIII - 1 (um) representante da Polícia Federal.

Parágrafo único - As atribuições do grupo coordenador são as previstas no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993.

Art. 7º - Os demonstrativos financeiros do FUNPREN obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e às normas específicas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º - O FUNPREN terá prazo indeterminado de duração.

Art. 9º - O Poder Executivo expedirá o regulamento do FUNPREN.

Art. 10 - Até a realização das operações de crédito previstas nos arts. 1º e 10 da Lei nº 12.422, de 27 de dezembro de 1996, fica o Poder Executivo autorizado, a partir da data de publicação da citada lei e mantidas as garantias estabelecidas em seu art. 15, a utilizar-se da linha de crédito da Caixa Econômica Federal, nos termos do Voto nº 162, do Conselho Monetário Nacional - CMN -, de 30 de novembro de 1995, e alterações posteriores, até o limite de R\$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais).

§ 1º - A operação de crédito de que trata o "caput" deste artigo será quitada com os recursos provenientes da celebração dos contratos definitivos autorizados nos arts. 1º e 10 da Lei nº 12.422, de 27 de dezembro de 1996, e destinada ao refinanciamento das operações de Antecipação de Receita Orçamentária - ARO -, transformadas em dívida fundada nos termos do Voto nº 162, de CMN, de 30 de novembro de 1995; à capitalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais - CREDIREAL - e ao atendimento dos encargos com os benefícios da Aposentadoria Móvel Vitalícia - AMV - e das provisões para créditos e liquidação duvidosa.

§ 2º - O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado cópia do contrato celebrado com a Caixa Econômica Federal referente à operação de crédito de que trata este artigo.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 26 de março de 1997.

Wilson Trópia, Presidente - Miguel Martini, relator - Arnaldo Penna.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 1º/4/97, as seguintes comunicações:

Do Deputado Arnaldo Penna, informando que deixou de participar, como membro efetivo, da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/97. (- Ciente. Cópia às Lideranças. À Área de Apoio às Comissões.)

Do Deputado Dinis Pinheiro, indicando o Deputado Irani Barbosa para integrar, como membro efetivo, a Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/97. (- Ciente. Cópia às Lideranças. À Área de Apoio às Comissões.)

Do Deputado Sebastião Helvécio, informando que deixou de participar, como membro efetivo, da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/97. (- Ciente. Cópia às Lideranças. À Área de Apoio às Comissões.)

Do Deputado Gil Pereira, informando que deixou de participar, como membro efetivo, da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/97. (- Ciente. Cópia às Lideranças. À Área de Apoio às Comissões.)

Do Deputado Alberto Pinto Coelho, informando que seu nome e o do Deputado Glycon Terra Pinto foram indicados para membros efetivos da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/97, em substituição aos Deputados Gil Pereira e Sebastião Helvécio. (- Ciente. Cópia às Lideranças. À Área de Apoio às Comissões.)

96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES

Discurso Proferido em 24/3/97

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, componentes da Mesa, colegas Deputados, demais pessoas presentes nas galerias: na reunião da posse da nova Diretoria da AMANS, no dia 28/2/97, o Governador do Estado assinou a autorização do início das obras do trecho entre Jaíba e Mocambinho. Temos, no Projeto Jaíba, a solução para a região Norte de Minas, mas a verdadeira redenção de Jaíba é o asfaltamento dos 52km da estrada que liga a sede ao distrito irrigado. Esta obra deveria ter sido executada há mais de 20 anos, os prejuízos ao longo do tempo são incalculáveis. Muitas foram as cargas perdidas, em virtude da má conservação desses 52km de estrada. Somente agora, com o asfaltamento, Jaíba vai, realmente, ser inserida nos objetivos do projeto irrigado. O retorno econômico será incalculável. A exploração do comércio da banana, a maior atividade desenvolvida no Projeto, será intensificada, favorecendo, principalmente, os pequenos produtores rurais e possibilitando melhor preço para o consumidor final. O Projeto Jaíba não é uma preocupação exclusivamente minha, é de todos nós, mineiros, e, em especial, da bancada norte-mineira nesta Casa.

Em nome da administração municipal de Jaíba, do Prefeito Lanfroi Fernandes, quero, como representante da região Norte de Minas nesta Casa, agradecer ao Governador Eduardo Azeredo, ao Secretário Agostinho Patrús e a toda a equipe do Governo de Minas. A expectativa é a de que, em breve, o asfaltamento chegue até o Município de Itacarambi; o Projeto Jaíba precisa expandir-se, abrindo o mercado para toda Minas Gerais e para outros Estados da Federação. Mas, ainda assim, o Projeto Jaíba atravessa uma fase crítica, principalmente no que diz respeito aos pequenos produtores. Apesar de o Projeto oferecer um certo apoio aos pequenos produtores, a situação vem perdendo o controle.

Em primeiro lugar, não há uma política de comercialização da banana, apesar do esforço do Presidente da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais e da própria administração municipal de Jaíba, que, juntamente com as administrações de Nova Porteirinha, Janaúba e Matias Cardoso, estão articulando uma câmara de produtos junto à CEASA-MG. O Presidente da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Janaúba, João Braga, esteve participando da missão empresarial de fruticultura, no Chile, promovida pelo SEBRAE-MG, em busca de alternativas para o comércio de frutas da região Norte de Minas. Ele participou dessa missão e teve a oportunidade de fazer contato com grupos internacionais, como o Grupo Atlanta, um dos maiores da América Latina, especializado no comércio de frutas e interessado em investir na produção norte-mineira. A cooperativa já está articulando a compra de insumos importados, o que vai proporcionar a redução dos custos com a produção. O apoio do poder público é necessário, sobretudo no planejamento. Se não houver planejamento, o pequeno produtor vai ficar, prejudicado, e os ideais do projeto não serão alcançados.

O pequeno produtor não tem como transportar a banana; não dispõe de recursos para comprar máquinas para preparar a terra, para comprar insumos e custear a produção. A cooperativa não dispõe de recursos para adquirir boxes comerciais em outros Estado. Grande parte da produção de banana já está em condições de ser colhida e colocada à disposição do mercado. Caso uma alternativa não seja encontrada, a maior parte da produção vai se perder.

No Chile, por exemplo, a produção de frutas é financiada pela iniciativa privada. Parte do pagamento da produção já é repassada ao produtor. O produtor já tem o mercado garantido. No Brasil, isso não acontece, pelo menos no Norte de Minas. O produtor tem de recorrer aos empréstimos bancários, sujeitar-se às altas taxas de juros e correr o risco com a produção. Somente com o esforço da cooperativa isso não será possível. É preciso ação efetiva dos governos estadual e federal. Não adianta produzir, se não há preço do produto capaz de suportar os custos com os investimentos. O Projeto Jaíba precisa ser saneado, e isso só pode ser feito através das ações do poder público.

Para o Projeto Jaíba alcançar suas finalidades, precisamos corrigir as falhas de planejamento, bem como facilitar o escoamento da produção. Precisamos de linhas de crédito com maior facilidade para o pequeno produtor. Precisamos de um programa urgente para a fruticultura norte-mineira, de forma que ela possa atrair investimentos, gerando empregos e rendas para os municípios. O projeto vem assegurando mercado para parte da produção, mas não é suficiente; precisa assumir compromisso com os pequenos produtores, colocando no mercado a produção de bananas.

Não há meios para os pequenos produtores assumirem a responsabilidade de colocar o produto no mercado. Eles não têm capital para isso. A cooperativa, apesar dos esforços, também não dispõe de recursos financeiros para assumir esse compromisso; não dispõe de recursos para a compra de caminhões para transportar a banana, nem tem dinheiro para comprar os boxes comerciais ou alugá-los em São Paulo, por exemplo.

Sabemos que São Paulo tem mercado para a banana produzida no Projeto, mas não há disponibilidade financeira para esse intercâmbio.

Faço, portanto, desta tribuna, o meu apelo ao governo estadual, à Secretaria da Agricultura, ao governo federal, para que olhem para a região norte-mineira. Ela poderá dar bons resultados para Minas e para o Brasil.

O Deputado Ivo José (Em aparte) - Sr. Deputado Dimas Rodrigues, Srs. Deputados presentes, gostaria de aproveitar este aparte para solidarizar-me com o pronunciamento de V. Exa., uma vez que tive oportunidade de participar, no início desta Legislatura, de uma Comissão Especial que se deslocou para o Jaíba a fim de ver as condições do projeto e os investimentos ali aplicados. A estrada, sem dúvida, era o principal instrumento para incrementar o projeto, que é de suma importância para o desenvolvimento da região norte-mineira.

Somos testemunhas do esforço de V. Exa.; vimos a sua liderança e o seu empenho. Estamos aqui para solidarizar-nos com as palavras de V. Exa. no sentido de que a solução aconteça o mais depressa possível, para que a população não fique com o projeto incompleto. Foram aplicados US\$400.000.000,00 no projeto. Sabemos do esforço e do empenho de V. Exa. e esperamos que a sua cobrança surta efeito o mais breve possível para concretizarmos um grande projeto para o nosso Estado.

O Deputado Dimas Rodrigues - Agradeço o aparte de V. Exa.

Finalizando, quero formalizar o meu pedido, desta tribuna, também para o Município de Monte azul, que foi vítima de uma forte chuva, na madrugada desta segunda-feira, a qual deixou inúmeros desabrigados e provocou mortes. A água atingiu mais de 2m de altura e danificou completamente a parte baixa da cidade.

Comprometeu os calçamentos, destruiu praças e casas. O Prefeito decretou estado de emergência, e já percorremos os órgãos competentes solicitando providências urgentes para socorrer aquela população sofrida.

Aproveito portanto esta oportunidade para deixar o meu apelo ao Governo Estadual, à CEDEC e também à Secretaria de Saúde, para que determinem providências, destinando alimentos, vacinas, máquinas para limpeza da cidade e ajudem o Prefeito Paulo Dias Moreira neste momento tão difícil. Muito Obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/3/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.125, 1.150, de 1995, 1.391, 1.396 e 1.417, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Francisco Ramalho

exonerando Daniel Penna Corradi do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34;

nomeando Walter Corradi para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34.

Gabinete do Deputado Geraldo Rezende

nomeando Soraya Gizelle Duarte Lima para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

exonerando Leonardo Corradi Rodriguez La Cruz do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Julieta Marques Babilônia para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Gabinete do Deputado Luiz Fernando Faria

nomeando Silvana Vieira Felipe para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39.

Gabinete da Deputada Maria Olívia

nomeando Luciano Caetano Couto para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29.

PORTARIA Nº 57/97

O Presidente, o 1º-Secretário e o Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, resolvem designar os servidores Fádua Hamdan de Matos Bayão, matr. 2.691/3, Adônis Martins Moreira, matr. 067/1, José Sebastião Moreira, matr. 161/9, José dos Anjos Campos, matr. 472/3, e Marcelo Leonardo, matr. 1.608/0, para, sob a presidência da primeira e secretariados pela servidora Mara Denise Ribeiro de Moraes, matr. 1.022/7, comporem o grupo de estudos destinado a oferecer subsídios para a regulamentação de que trata o art. 6º da Resolução nº 5.171, de 12 de julho de 1996.

Secretaria da Assembléia Legislativa, 1º de abril de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente - Elmo Braz, 1º-Secretário - Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 8/97 - Objeto: serviços de consultoria na área de informática. Licitante vencedora: WIN Informática Ltda.
